


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
1ª Vara Cível
Processo 0830194-16.2014.8.23.0010

Comarca: BOA VISTA
Data de 08/10/2014 **Situação:** Público
Classe 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Data Distribuição: 08/10/2014 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

Parte(s) do

Tipo: Promovente
Nome: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA
Data de Não cadastrada **RG:** 5058914 SSP/RR **CPF/CNPJ:** 151.038.462-68
Filiação: /

Advogado(s) da Parte

645NRR GETULIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ FILHO
 748NRR Márcio Leandro Deodato de Aquino

Tipo: Promovido
Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04

Advogado(s) da Parte

393ARR ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

08/10/2014: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL.

Data: 08/10/2014

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- Documentos

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO TITULAR DA ____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR,**

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº **505.891-4 SSP/RR** e inscrito no CPF/MF sob o nº **151.038.462-68**, residente e domiciliado à Rua Edmilson José Costa, nº 738, Bairro Equatorial, nesta cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, por meio de seus Advogados regularmente constituídos, que ao final subscrevem, com escritório profissional localizado no endereço constante no rodapé da presente, onde deverão receber as intimações e notificações forenses, vem, respeitosamente, à digna presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sucursal na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sito à Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar – Bairro Centro, CEP.: 20.031-205 - Fone: (21) 3861-4600 - FAX (21) 2240-9073 – inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, na pessoa do seu representante legal, com fundamento legal na Lei nº 6.194/74, dentre outras legislações aplicáveis ao caso, bem como em nossa **Carta Política de 1988**, pelos motivos fáticos e jurídicos que passa a expor e ao final requer o quanto segue:



1. Preliminarmente.

1.1. Da Gratuidade da Justiça.

O Autor é pessoa carente, e vai pleitear na parte dos requerimentos a assistência judiciária gratuita, com a simples afirmação de seus patronos nesta inicial, vez que estão autorizados pelo Art. 4º da Lei 1.060/50 que assim dispõe:

"A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família." (grifo nosso).

Conforme se depreende do texto da lei transcrita acima, os patronos **estão autorizados** a afirmar na Inicial a situação financeira de seus constituintes, de que necessitam da assistência judiciária, e este é o entendimento dos Tribunais como se vê no Código de Processo Civil de Theotonio Negrão, 43ª edição, página 1.258, em comentário ao Art. 4º da Lei 1060/50, nota 2c:

"Entendendo que não há necessidade de requerimento do próprio interessado, bastando, para apreciação do pedido de concessão de assistência judiciária, O PEDIDO FEITO POR SEU ADVOGADO: Lex - JTA 146/209." (grifo nosso)

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, sobre esse tema assim julgou:

EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIO GRATUITA. PESSOA FÍSICA. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSO NA INICIAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. I - A simples declaração da pessoa física requerente de que não



pode arcar com as despesas do processo, é suficiente ao deferimento da assistência judiciária, ex vi dos arts. 4 e 5 da Lei nº. 1.060/50. II - A condição financeira do requerente deve ser analisada no momento exato em que postula o benefício, sendo que nessa ocasião é que se deverá perquirir sobre a sua impossibilidade de arcar com as despesas processuais. III - Para o deferimento da gratuidade judiciária não se exige o estado de penúria ou miséria absoluta do requerente, sendo que a existência de aparente condição econômica não afasta o direito ao benefício, se ausente prova que evidencie a atual possibilidade financeira de ingressar em juízo, sem prejuízo do sustendo próprio ou da família. IV - Recurso conhecido e provido. (Primeira Câmara Cível - Agravo de Instrumento processo nº. 2011.000791-2 - Rel. Desor. Sabino da Silva Marques - data de julgamento 25/07/2011) www.tjam.jus.br

Vejamos o que tem decidido o STJ:

1 - O pedido de assistência judiciária gratuita previsto no art. 4º da Lei nº. 1.060/50, quanto à declaração de pobreza, pode ser feito mediante simples afirmação, na própria petição inicial ou no curso do processo, não dependendo a sua concessão de *declaração firmada de próprio punho pelo hipossuficiente*. 2 - Recurso Especial provido (Resp. nº. 901.685/DF, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 06.08.2008).

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - AFIRMAÇÃO DE POBREZA DO AUTOR FEITA PELO ADVOGADO - I. - O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DECLARANDO A POBREZA DA PARTE - PODE SER feito por seu advogado, sem que sejam necessários poderes especiais para tanto. Havendo fundados motivos, pode a pretensão ser indeferida pelo juiz. II. - Recurso Especial conhecido e provido, parcialmente". (STJ - RESP 556074 - SP - 3ª T. - Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro



- DJU 22.03.2004 - p. 00305)

Veremos decisões de outros Tribunais:

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA PEDIDO REALIZADO PELO ADVOGADO NA PETIÇÃO INICIAL - Consoante a Orientação Jurisprudencial n.º 331 da SBDI-1/TST, é desnecessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita. Recurso conhecido e provido para, afastada a deserção do Recurso Ordinário em razão do não-recolhimento das custas processuais, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que prossiga o julgamento como entender de direito". (TST - RR 679 - 3ª T. - Relª Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi - DJU 26.03.2004) "Justiça gratuita - Declaração de hipossuficiência - Admissibilidade - Mera afirmação da impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios que é suficiente - Inteligência do Art 4º 1060/50". (RT 811/393).

"Justiça gratuita - Benefício que deve ser concedido mediante simples afirmação da parte da impossibilidade de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família - Inteligência do Art. 4º da Lei nº. 1060/50". (RT 808/310).

(...)

A assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Para a obtenção do benefício, basta a afirmação do requerente de sua condição de hipossuficiente, ou de que não está em condições de arcar com as custas do processo e com os honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família" (Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia -

Ap. Cível nº 100.001.2006.008804-3 - Relator Desor. Miguel Monico Neto - j. 08/11/2006 - site: www.tjro.jus.br).



"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONCESSÃO. I - PARA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, BASTA A SIMPLES DECLARAÇÃO DO INTERESSADO NO SENTIDO DE INDISPOR DE CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS, SEM SACRIFÍCIO PRÓPRIO E DE SUA FAMÍLIA, CABENDO À PARTE EX-ADVERSA PROVA CONTRÁRIA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA CONCEDIDA" (AI - 58082-9/180 - Processo 200703431085 - 3ª Câmara Cível - Relator Desor. Walter Carlos Lemes - Ac. 4/12/2007) www.tjgo.jus.br).

Dos julgados transcritos acima se infere, que é direito líquido e certo da parte, quando hipossuficiente, obter do Poder Judiciário **assistência judiciária gratuita** e se ver livre de qualquer condenação que lhe importe ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais, nos precisos termos do art. 4º da Lei nº. 1060/50, cujo artigo sofreu modificação pela Lei nº 7.510/1986, que autoriza o patrono a formular o requerimento na petição inicial.

Por esta e na melhor forma de direito, **OS PATRONOS DO REQUERENTE AFIRMAM QUE ACEITAM O ENCARGO PARA DEFESA DE CAUSA**, sem nenhuma pretensão de receber de seu constituinte qualquer quantia a título de honorários advocatícios caso o mesmo venha a sucumbir na demanda.

2. Dos fatos.

No dia 17 de dezembro de 2013, o Requerente sofreu grave acidente de trânsito e, em consequência ficou com **INVALIDEZ PERMANENTE**, tudo de conformidade com a incluso **Boletim de Ocorrência** expedido pela **Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT) da Polícia Civil do Estado de Roraima**, comprovando a ocorrência do acidente; **Ficha de Atendimento**, comprovando atendimento ao paciente expedida pelo **Hospital Geral de Roraima (HGRR)**; **Laudo Médico** expedido pelo **Dr. Áthila**



Ferreira Bessa (CRM/RR - 1265) que descrevem o acidente sofrido, as lesões sofridas e as sequelas verificadas após o acidente, **em substituição do Laudo de Exame de Corpo Delito, vez que na localidade do atendimento não há o fornecimento deste Serviço Público.**

Consta no referido Laudo do Médico, que devida à ação contundente do acidente, **o paciente sofreu lesão traumática de torax e região dorsal, dentre outras deformidades e sequelas, descritas no laudo. Portanto, o paciente encontra-se permanentemente inválido para o exercício de suas atividades laborais.**

Conforme demonstrado no mesmo laudo mencionado acima, **o autor ficou incapaz de exercer sua atividade laboral**, e o art. 3º, II, da Lei nº. 6.194/74 estabelece uma indenização no valor de R\$13.500,00 no caso de morte ou **INVALIDEZ PERMANENTE** para as vítimas de acidente de trânsito, estabelecendo a referida Lei no seu art. 5º § 1º que o Seguro Obrigatório (DPVAT) será pago no prazo de 30 (trinta) dias da entrega do Laudo de Exame de Corpo Delito e Boletim de Ocorrência expedido pelo Órgão Policial competente no caso de danos pessoais.

Que todos os documentos exigidos pela lei mencionada acompanham este pedido sendo: **Boletim de Ocorrência** expedido pela **Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT) da Polícia Civil do Estado de Roraima** **Ficha de Atendimento** expedida pelo **Hospital Geral de Roraima (HGRR)** e **Laudo Médico** expedido pelo **Dr. Áthila Ferreira Bessa (CRM/RR - 1265)**, que descrevem o acidente sofrido, as lesões sofridas e as sequelas verificadas, **em substituição do Laudo de Exame de Corpo Delito**, todos atestando a invalidez permanente do Autor.

Entrementes, a seguradora Ré desconsiderou o referido laudo pericial, e com isso, pagou ao Autor, no dia 16 de setembro de 2014, a quantia de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta





centavos), a título de indenização por invalidez permanente, conforme comprovante de pagamento em anexo.

Diante disso, é a presente Ação de Cobrança para que seja reconhecido por Vossa Excelência o valor complementar à totalidade da cobertura correspondente ao Seguro Obrigatório - DPVAT - devido em razão de acidente automobilístico que resultou na invalidez permanente do Autor.

3. Do fundamento jurídico.

3.1. Da indenização devida e sua quantificação.

O artigo 3º, inciso II, da Lei n.º 6.194/74, dispõe claramente sobre o valor da indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT, em razão de danos pessoais causados por veículos automotores, no caso de invalidez da vítima, *in verbis*:

Art. 3º da Lei n.º 6.194/74 - "Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
Inciso II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;".

Evidente que o preceptivo supra descrito determina que o valor devido à época da liquidação do sinistro, corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Destarte, clarividente que o valor devido a título de indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT seria de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), à época da liquidação.





Contudo, no dia 04 de junho de 2009, o então Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.945 que acrescentou o Anexo ao art. 3º à Lei nº 6.194/74.

Tal anexo instituiu uma tabela de graduação/valoração para cada tipo de invalidez permanente, seja ela total e/ou parcial, como se cada parte do corpo humano pudesse ser valorado.

Ressalvado entendimentos diversos acerca do tema, entende o Autor o tabelamento de indenização ofende a dignidade humana e não encontra respaldo constitucional.

Com efeito, não há como se tabelar a perda de um olho, de um braço, ou de uma perna. Todos são deformidades permanentes e ensejam, a indenização no parâmetro máximo.

No entanto, conforme dito alhures, a quantia paga pela seguradora Ré foi de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), ou seja, R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) a menos do valor realmente devido ao Autor.

Dessa forma requer que Vossa Excelência declare a inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/2009, pois afronta o postulado da dignidade da pessoa humana.

Contudo, agindo de acordo com a tabela de valoração/graduação que fora instituída pela Lei nº 11.945/2009, o valor que deveria ter sido pago ao Autor era o importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim, é a presente demanda para requerer a diferença correspondente, que perfaz a quantia exata de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).



3.2. Da quitação – Irrenunciabilidade – Art. 5º, inc. XXXV, da CF/88.

O Autor recebeu e deu quitação da importância de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscientos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), fato que por si só não implica em renúncia ao direito de postular a complementação existente e, muito menos, gera a extinção da obrigação de indenizar.

Se tal fato (quitação da quantia recebida) tivesse o condão de gerar quitação integral e a consequente extinção da obrigação, estar-se-ia a excluir da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito (art. 5º, inc. XXXV, da Magna Carta de 1988), o que é vedado pela Carta Política de 1988.

Nesse diapasão vem decidindo reiteradamente diversos tribunais, incluindo o Augusto Superior Tribunal de Justiça que já pacificou o seu entendimento sobre o tema.

Ademais, os Juizados Especiais Cíveis de Roraima já pacificou o tema com a edição da Súmula nº 03, que dispõe:

Súmula 03 - JEC/RR "A quitação é limitada ao valor recebido da seguradora, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei".

4. Dos pedidos.

Por todo o exposto, vem, respeitosamente, à digna presença de Vossa Excelência, como medida de boa e rápida **JUSTIÇA**, e na melhor forma de **DIREITO**, requerer que a presente ação seja recebida, autuada e **julgada totalmente procedente**, nos termos seguintes:

a) a citação da Ré via Aviso de Recebimento – AR, no endereço declinado no preâmbulo da presente, em razão da falta de representação legal



nesta Comarca, para querendo, apresentar contestação aos termos da demanda, sob pena de revelia e confissão ficta e comparecer as audiências de conciliação e instrução designadas por Vossa Excelência;

b) Seja declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/2009, pois afronta o postulado da dignidade da pessoa humana, condenando a Ré ao pagamento do valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ao Autor;

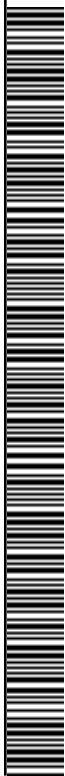
c) A condenação da seguradora Ré a pagar ao Autor a quantia de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) referente a complementação do que já fora pago a título de indenização do seguro obrigatório (DPVAT);

d) A atualização monetária e acréscimo de juros de mora na base de 1% (um por cento) ao mês, aplicados desde a época do recebimento parcial da indenização até a data da prolação da r. sentença;

e) Requer o julgamento antecipado da lide, conforme determina o artigo 300, inciso I, do CPC, vez que a matéria aqui tratada é exclusivamente de direito, portanto, desnecessária a produção de prova em audiência;

f) Sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme legislação que rege a espécie, em face da comprovada falta de condições financeiras do Requerente em arcar com as despesas judiciais e honorários advocatícios;

g) Aplicação da Teoria Menor da Desconsideração da Personalidade Jurídica da pessoa jurídica, recepcionada pelo nosso ordenamento jurídico, excepcionalmente no Código de Defesa do Consumidor, caso incida ao final do processo mera prova de insolvência da Requerida para o pagamento da



condenação, conforme preceitua o artigo 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor;

h) A condenação da seguradora Ré em honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Provar-se-á o alegado por todos os meios de prova admitidos em **DIREITO**, especialmente, documental, testemunhal, pericial, depoimento pessoal do Autor e do representante da requerida, sob pena de confissão, acaso Vossa Excelência entenda necessário, dentre outras.

Dá-se à causa o valor R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Termos em que,
Pede deferimento.

Boa Vista/RR, 07 de outubro de 2014.

Márcio Leandro D. De Aquino
Advogado OAB/RR 748

Getúlio Alberto de Souza Cruz Filho
ADVOGADO OAB/RR 645



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE(S):

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador (a) de RG: n° 505891-4, órgão emissor **SSP/PA** e inscrito no CPF sob o n° 151.038.462-68, residente e domiciliado à Rua EDMILSON JOSÉ COSTA, n° 738, BAIRRO EQUATORIAL, nesta cidade de BOA VISTA, Estado de Roraima.

OUTORGADO(S):

MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RR sob o n° 748, com escritório na Rua Augusto Cesar L. Moura, 3163 - Paraviana, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

PODERES:

A quem confere os poderes da cláusula ad judicium et extra, para, agindo em conjunto ou individualmente, independente da ordem de nomeação, representar o(a) outorgante em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como promover umas e outras até final decisão, interpondo recursos, recebendo e dando quitação; exigir, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos; reconhecer a procedência de pedidos; renunciar ao direito sobre o que se fundamente qualquer ação; habilitar em precatório; oferecer representação criminal e queixa-crime, requerer, levantar e receber alvarás de quaisquer espécies, enfim, todos os atos indispensáveis ao fim a que se destina este mandato, que poderá ser substabelecido no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes, podendo promover todos os demais atos processuais necessários até final liquidação de sentença.

Boa Vista-RR, 26 de setembro 20 14.



OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador (a) de RG: n° 505891-4, órgão emissor **SSP/PA** e inscrito no CPF sob o n° 151.038.462-68, residente e domiciliado à Rua EDMILSON JOSÉ COSTA, n° 738, BAIRRO EQUATORIAL, nesta cidade de BOA VISTA, Estado de Roraima. **DECLARA** para os devidos fins de direito e em especial para obter os benefícios da Justiça Gratuita, na forma do art. 2°, § Único e art. 4°, § 1°, ambos da Lei n° 1.060/50, que não disponho de recursos que me permita demandar em Juízo, sem prejuízo de meu próprio sustento e de minha família.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente e dou fé.

Boa Vista-RR, 26 de Setembro de 20 14.



Declarante



Visualização de Impressão do Outlook.com

<https://bay179.mail.live.com/ol/mail.mvc/PrintMessages?mkt=pt-br>

[Imprimir](#)

[Fechar](#)

PAGAMENTO DE PROCESSO

De: **controle@excelldpvat.com.br**

Enviada: segunda-feira, 15 de setembro de 2014 19:00:03

Para: **lidersegurosrr@hotmail.com**

Prezado parceiro: **LIDER SEGUROS DPVAT - RORAIMA**

Informamos abaixo a movimentação do processos durante o dia 15/Sep/2014, ficamos a disposição para qualquer esclarecimento.

Situação: Processo Liberado o Pagamento

Nome	Tipo de Processo	Código Interno	Sinistro	Indenização
RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA	INVALIDEZ	74482	2014515902	PAGAMENTO PREVISTO PARA 16/09/2014 NO VALOR DE R\$ 1687.50. BANCO 104 / AGENCIA 0653 / CONTA 036470-6. BENEFICIÁRIO: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SIL

Entre em nosso site www.excelldpvat.com.br e acesse DPVAT ON LINE, faça sua consulta individual, citando o código do processo e a data de nascimento da vítima e acompanhe o seu processo em tempo REAL!!!



LAUDO MÉDICO

NOME: Raimundo Ribeiro da Silva IDADE: 63a.

RG: 5058314 SSP/PA CPF: 151.038.462-68

RELATO: Paciente, vítima de acidente de trânsito. Motocicleta, DIA: 17/12/13

AS: 09:11 Horas, deu entrada da unidade de emergência: Pronto Socorro HGR.

Apresentando: Lesão Traumática de
Tórax e região dorsal.

LX e TC com Lesão vertebral
com encurvamento de T4.
montado internado,


Evolução: com acompanhamento
por neurocirurgia. Tratamento
conservador com ASIN e
acomp. ambulatorial.


Exame físico atual:
AO EX = dor à flexão anterior
de coluna torácico-lombar,
Sem irradiação para membros
inferiores. TC com Lesão em
curva de T4.

Conclusão: Prova de Lesão Traumática
de coluna vertebral, Lesão
de caráter permanente.

BOA VISTA - RR 04, 04, 14


Athila Bessa
Médico
CRM/RR 1265



DR. ÁTHILA BESSA
MÉDICO CRM-1265/RR

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAAR / PSFE AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO						 1300203460	
19.12		FICHA DE ATENDIMENTO		TRAUMATOLOGIA		MANHÃ 07-13	
17/12/2013 09:11:37		Data Nascimento		Idade		CNS	
12/11/1951		62 A 1 M 5 D					
Data Emissão		Sexo		Estado Civil		Ração/Cor	
M		SOLTEIRO(A)		PARDA		BOA VISTA	
Naturalidade		Pai		Contatos		CPF	
BOA VISTA		NAO INFORMADO		9152-7473- Renato (Falei)		80.744	
Endereço		N da Carteira		Validade		Sis Prenatal	
NAO INFORMADO ... BOA VISTA - RR							
Class. de Risco		Plano Convênio		Autorização		Temp.	
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE							
Carate do Atendimento		Profissional do Atend.		Procedencia		Peso	
URGÊNCIA							
Tipo de Chegada		Procedimento Sol.		Registrado por:		Pressão	
SAMU CAPITAL				RAYNARA ABREU			
Queixa Principal		<input type="checkbox"/> Síndrome Febril		<input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório		<input type="checkbox"/> Suspeita de Dengue	
Anamnese da Enfermagem		GSC		TOTAL			
		AO: 1 2 3 4 RV: 1 2 3 4 5 MRV: 1 2 3 4 5 6					
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____h)		Vítima de acidente de trânsito, ref. vinho no dorso.					
Exame Físico		BEG, LUTE, ECG: IT, Nega perda de consciência no momento do acidente					
Hipótese Diagnóstica		TC col. q. acumbente T4? pendefectiva					
SADT - Exames Complementares		<input checked="" type="checkbox"/> RAO-X <input type="checkbox"/> ULTRA-SON <input type="checkbox"/> TC <input type="checkbox"/> SANGUE <input type="checkbox"/> URINA <input type="checkbox"/> ECG <input type="checkbox"/> OUTROS					
Prescrição		Apazamento		Observação			
Droga 500mg		14					
Droga 500mg		14					
Droga 500mg		14					
Droga 500mg		14					
Droga 500mg		14					
Droga 500mg		14					
Condução		<input type="checkbox"/> Alta por Decisão Médica		<input type="checkbox"/> Ambulatório			
<input type="checkbox"/> Alta a Pedido		<input type="checkbox"/> Alta a Revelia		<input type="checkbox"/> Observação (Até 24h)			
<input checked="" type="checkbox"/> Transferência para: <i>Unidade de Tratamento</i>		<input type="checkbox"/> Internação		<input type="checkbox"/> Data e Hora da Saída/Alta: ____/____/____			
Obito		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Destino: <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> IML		Anatomia Patológica	
Assinatura do Paciente ou Responsável		Carimbo e Assinatura do Médico		Carimbo e Assinatura do Médico		Carimbo e Assinatura do Médico	

Nº
1300

se depositar
Authe... de T~~A~~?

Conduto: Observe
recurso


M. L. Deodato de Aquino
Médico Cirurgião
CRM - 370



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE	2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE	4 - CNES
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
5 - NOME DO PACIENTE	6 - Nº DO PRONTUÁRIO
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO
9 - SEXO	10 - TELEFONE DE CONTATO
11 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	12 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
13 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	14 - UF
15 - CEP	16 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
17 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO	
18 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)	
20 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO	
21 - CID 10 PRINCIPAL	
22 - CID 10 SECUNDÁRIO	
23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
PROCEDIMENTO SOLICITADO	
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO	
25 - CÓDIGO PROCEDIMENTO	
26 - CLÍNICA	
27 - CARACTER DA INTERNAÇÃO	
28 - DOCUMENTO	
29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
31 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
32 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO PROFISSIONAL	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTE OU VIOLÊNCIAS)	
33 - ACIDENTE DE TRABALHO	
34 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	
35 - ACIDENTE DE TRABALHO TRAJECTO	
36 - CNPJ DA SEGURADORA	
37 - Nº DO BILHETE	
38 - SÉRIE	
39 - CNPJ DA EMPRESA	
40 - CNAE DA EMPRESA	
41 - CBO	
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA	
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
44 - Cód. Órgão Emissor	
45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO (APAC)	
46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PRESCRIÇÃO DIÁR

de 11/11/2014
SAÚDE

UNIDADE/SETOR:	QUARTO:	LEITO:	Nº REGISTRO
----------------	---------	--------	-------------

NOME DO PACIENTE	18/12/13	18h. PA: 160x110	0008
------------------	----------	------------------	------

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:	Frederico Ambrósio de Almeida	0008
-----------------------------	-------------------------------	------

DATA / HORA:	PRESCRIÇÃO:	HORÁRIO:	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:	OBSERVAÇÕES:
--------------	-------------	----------	--------------------------	--------------

18/12/13	1º Dito local a pouco se	5h00		
----------	--------------------------	------	--	--

2º Dito local a pouco se	18h 24m			
--------------------------	---------	--	--	--

3º Dito local a pouco se	18h 24m			
--------------------------	---------	--	--	--

4º Dito local a pouco se	18h 24m			
--------------------------	---------	--	--	--

5º Dito local a pouco se	18h 24m			
--------------------------	---------	--	--	--

Marcio Leandro Deodato de Aquino
Módulo de Atendimento
Neuropsiquiatria
CRM 370

BSR 13h 10:19x91 mmHg
e. 89 bpm

18/12/13
18h. PA: 160x110
0: 98
Frederico Ambrósio de Almeida



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



PRESCRIÇÃO DIÁI

AN I L. 06

Código que deve estar impresso com Assinatura
0000

Paciente Sebastião de Almeida

17/12/13

SND

1) Dose geral

2) Dose longa em Gde

3) 50% - 500 / em 12h

Monhor

4) Reparo de dentes

Marcio Leandro Deodato de Aquino
MARCIOLEANDRODEODATO.AQUINO@GOV.RR
0830194-16.2014.8.23.0010

5) Contorno de 25mg - 01 Comp 10 x 145/250
ou 1AD 2 100 mg 18h

2

8A: 170x13

8.97

23.00 / 14.14
38

FICHA DE ATENDIMENTO									
Unidade: <u>BV 1</u>	Equipe: <u>Coord. Abiair + Tec. Horacina</u>								
000822									
Paciente: <u>Ido Nonato R. da Silva</u>	Idade: <u>62</u> Sexo: <u></u>								
Endereço: <u>Verencio Lima Pror Posto de Saúde FM.</u>									
Nº: <u>22931</u>	DATA: <u>17/12/13</u>				HORA: <u>09:20</u>				
Médico (a) Regulator (a) Dr. (a) GRM: <u>Calvin</u>									
MOTIV: <u>0</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SOCORRO <input type="checkbox"/> TRANSPORTE <input type="checkbox"/> ATENDIDO NO LOCAL <input type="checkbox"/> OUTRO								
MECANISMO DE TRAUMA									
AUTOMÓVEL		AUTOMÓVEL		VIOLÊNCIA		OUTROS			
<input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Colisão		<input type="checkbox"/> Uso do cinto <input type="checkbox"/> Vítila projetada <input type="checkbox"/> Vítila encarcerada <input type="checkbox"/> Air Bag		<input type="checkbox"/> FAB <input type="checkbox"/> FAF <input type="checkbox"/> Espancamento <input type="checkbox"/> Violência Doméstica <input type="checkbox"/> Violência Sexual <input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> Outro:		<input type="checkbox"/> Ac. De Trabalho <input type="checkbox"/> Local <input type="checkbox"/> Trajeto <input type="checkbox"/> Queda, Altura aprox.: <input type="checkbox"/> Acidente Doméstica <input type="checkbox"/> Queimadura Agente <input type="checkbox"/> Agressão p/ animal <input type="checkbox"/> Outros:			
<input type="checkbox"/> Motorista <input type="checkbox"/> Passageiro Banco dianteiro <input type="checkbox"/> Passageiro Banco traseiro		<input checked="" type="checkbox"/> <u>MOTOCICLETA</u> <input type="checkbox"/> Acidente com motor <input type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Carona <input type="checkbox"/> Com capacete <input type="checkbox"/> Sem capacete							
AVALIAÇÃO INICIAL									
Vias Areas		Ventilação		Circulação		Aval. Neurológica			
<input type="checkbox"/> Dispneia <input type="checkbox"/> Bradipneia <input type="checkbox"/> Taquipneia <input type="checkbox"/> Resp. Ruidosa <input type="checkbox"/> Obstruída <input type="checkbox"/> Apnéia <input type="checkbox"/> Outro: <u>S/A</u>		<input type="checkbox"/> M.V. Diminuído <input type="checkbox"/> M.V. Ausente <input type="checkbox"/> Hipertimpanismo <input type="checkbox"/> Maciez <input type="checkbox"/> Ferida Aspirativa		<input type="checkbox"/> Bradicárdico <input type="checkbox"/> Taquicárdico <input type="checkbox"/> Arritmico <input type="checkbox"/> Enchimento capilar acima de 2" <input type="checkbox"/> Ausente <u>S/A</u>		<input checked="" type="checkbox"/> AVDN <input type="checkbox"/> Mose <input type="checkbox"/> Midriase <input type="checkbox"/> Anisocoria <input type="checkbox"/> Otorrémia <input type="checkbox"/> Otorrémia <input type="checkbox"/> Rinorrégia <input type="checkbox"/> Aparentemente alcoolizado <input type="checkbox"/> DNV			
SINAIS VITAIS E ESCORES									
Hora	P.A mm/hg	F.C bpm	F.R Mpm	Sat O ₂ %	T. Aux °C	Glicemia	Trauma	APAGAR	
Início	<u>130/90</u>	<u>103</u>	<u>20</u>	<u>98</u>					
Fim									
AVALIAÇÃO SECUNDÁRIA									
Pele		Cabeça		Face		Pescoco		Tórax	
<input checked="" type="checkbox"/> Corada <input checked="" type="checkbox"/> Úmida <input type="checkbox"/> Fria <input type="checkbox"/> Úmida <input type="checkbox"/> Seca <input type="checkbox"/> Cianótica		<input type="checkbox"/> Confusão <input type="checkbox"/> Escoriação <input type="checkbox"/> Laceração <input type="checkbox"/> Hematoma <input type="checkbox"/> Afundamento <input type="checkbox"/> Fer. <input type="checkbox"/> Penetrante		<input type="checkbox"/> Confusão <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Ferimento ocular		<input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Hematoma <input type="checkbox"/> Desvio da traquéia <input type="checkbox"/> Enfisema Sub-Cutâneo		<input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Tórax Instável <input type="checkbox"/> Resp. paradoxal <input type="checkbox"/> Tamponamento	
Pelve		Coluna Dorsal		Membros					
<input checked="" type="checkbox"/> Contusão <input checked="" type="checkbox"/> Escoriações <input checked="" type="checkbox"/> Dor <input checked="" type="checkbox"/> Instabilidade		<input checked="" type="checkbox"/> Contusão <input checked="" type="checkbox"/> Hematoma <input checked="" type="checkbox"/> Dor		<input checked="" type="checkbox"/> Contusão <input checked="" type="checkbox"/> Escoriações <input checked="" type="checkbox"/> Luxações <input checked="" type="checkbox"/> Luxações				<input type="checkbox"/> Fratura <input type="checkbox"/> Amputação	
AVALIAÇÃO CARDÍACA		AFECÇÃO CLÍNICA		HISTÓRIA PEGRESSA					
<input type="checkbox"/> Ritmo Sinusal <input type="checkbox"/> Taquicardia <input type="checkbox"/> Bradicardia <input type="checkbox"/> Flutuer		<input type="checkbox"/> Fibrilação atria <input type="checkbox"/> Fibrilação entricular <input type="checkbox"/> Assístolia		<input type="checkbox"/> Respiratória <input type="checkbox"/> Neurológica <input type="checkbox"/> Psiquiátrica <input type="checkbox"/> Metabólica <input type="checkbox"/> Cardiovascular <input type="checkbox"/> Aborto		<input type="checkbox"/> Digestiva <input type="checkbox"/> Infecçoes <input type="checkbox"/> Obstétrica <input type="checkbox"/> Pediditrica <input type="checkbox"/> Outra		<input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Cardiopatia <input checked="" type="checkbox"/> HAS <input type="checkbox"/> Medicção de uso	
<input type="checkbox"/> Alergias <input type="checkbox"/> Outros									
GRAVIDADE COMPROVADA		<input type="checkbox"/> ILESO <input type="checkbox"/> SEVERA		<input type="checkbox"/> PEQUENA <input type="checkbox"/> MORTE		<input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA <input type="checkbox"/> INDETERMINADA		<input type="checkbox"/> OUTRO	
Assinatura e Carimbo Médico (Unidade de Destino)									
Cancelamento Recusa de Atendimento Não se encontrava no local Recusa de hospitalização Trote Bombeiro no local:					MULTIPLS MEIOS ACIONADOS				
Iniciada as: <u>09:20</u> [] Término as: <u>09:40</u>					<input checked="" type="checkbox"/> Polícia Militar <input checked="" type="checkbox"/> Guarda Municipal <input checked="" type="checkbox"/> SMTRAN <input checked="" type="checkbox"/> Bombeiro <input type="checkbox"/> Outros:				
RCP com sucesso RCP sem sucesso Obs:					DADOS PESSOAIS DA VÍTIMA				
<input checked="" type="checkbox"/> Atendido no local <input checked="" type="checkbox"/> Trauma HGR <input checked="" type="checkbox"/> Pronto Atendimento <input checked="" type="checkbox"/> Coronel Mota					<input type="checkbox"/> Cosme e Silva <input type="checkbox"/> HCSCA <input type="checkbox"/> Maternidade <input type="checkbox"/> Outros				

CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 04/04/2014

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - DAT



Marcio

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 011-F/2014 - Boa Vista-RR, em 14/03/2014

COMUNICANTE: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

RG: 5058314

O. EXP.:SSP/PA

CPF.: 151.038.462-68

ENDEREÇO: RUA:EDMILSON JOSE COSTA

Nº: 738

BAIRRO: EQUATORIAL

CIDADE: BOA VISTA

SEXO: MASCULINO

PROFISSÃO: PEDREIRO

NATURALIDADE: BREGIO PARAIBANO

ESTADO: MARANHÃO

DATA DE NASCIMENTO: 12/11/1951

IDADE: 63

GRAU DE INSTRUÇÃO: ENS. FUND. COM.

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

TELEFONE: (95) 9152-7473

Nº REG. CNH: 03185783190

NOME DO PAI: SEVERO GOMES FERREIRA

NOME DA MÃE: RAIMUNDA RIBEIRO DA COSTA

Senhor Delegado, venho comunicar que aproximadamente às 09:09 do dia 17/12/2013, na Rua: TERENCEO LIMA/DIOMEDES, Bairro: SÃO VICENTE, Município: BOA VISTA, aconteceu o seguinte fato:

O comunicante relata que a sra. Gisele Carvalho da Silva estava conduzindo o veículo Chevrolet/classic de cor branca e placa jxv-8172 pela rua: Prof. Diomedes sentido bairro/centro, quando no cruzamento com a av: Terencio Lima, o comunicante sr. Raimundo Nonato Ribeiro da Silva conduzia a motocicleta honda/cg 125 fan de placa nas-0559, de chassi: 9C2JC410AR552617 de propriedade do sr. Renato Ribeiro da Silva, cruzou a preferencial colidindo com o carro, o comunicante informa que a PM-RR compareceu no local, ROP:052452-J, e foi conduzido até o pse-HGR pelo samu, é o relato.

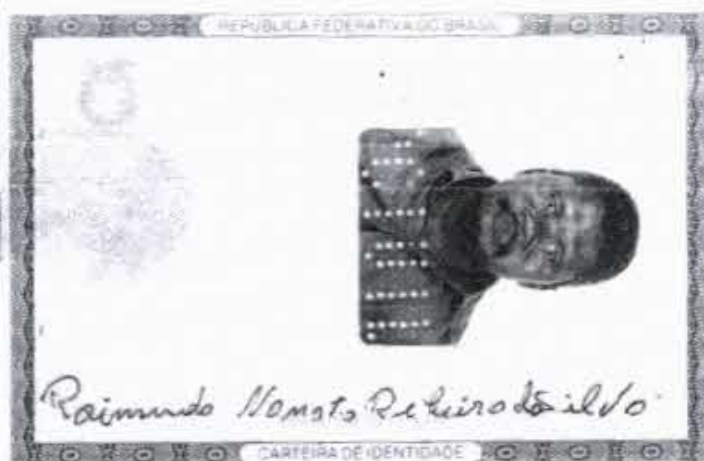
NATUREZA DA OCORRÊNCIA: (Código 14.999) - APOIO SERVIÇOS DIVERSOS.
OBSERVAÇÃO: DPVAT. REGISTRO EXCLUSIVO PARA FINS DE SEGURO DPVAT

Renato Bezerra Unzu
INSCRIÇÃO Nº: F

Raimundo Nonato P. S. Silva
Comunicante

RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA	DESPACHO
<p><u>02/04/14</u></p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Conferente / Recebedor</p> <p>DAT AGENTE DE POLÍCIA CONFERIDOR</p>	<p>() Fato Atípico, Arquive-se</p> <p>() Aguarde-se novos fatos</p> <p>() Intime-se para novas declarações.</p> <p>() outros _____</p> <p>_____</p> <p>DELEGADO</p>





08/10/2014: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO.

Data: 08/10/2014

Movimentação: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

Complemento: 1ª Vara Cível de Competência Residual

Por: SISTEMA CNJ

08/10/2014: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 08/10/2014

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Registro de Distribuição

Por: SISTEMA CNJ

08/10/2014: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 08/10/2014

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

Data: 08/10/2014

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Por: SISTEMA CNJ

08/10/2014: ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL.

Data: 08/10/2014

Movimentação: ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Complemento: Responsável: EUCLYDES CALIL FILHO

Por: JAIR NERY FERREGUETTI SOUZA

Data: 08/10/2014

Movimentação: JUNTADA DE ANOTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Por: ODIVAN DA SILVA PEREIRA

Relação de arquivos da movimentação:

- ANOTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

ANOTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIFICO que o processo em tela foi distribuído para a **1ª Vara Cível de Competência Residual** da Comarca de Boa Vista/RR.

Boa Vista/RR, 08 de outubro de 2014.

Odivan da Silva Pereira

Técnico Judiciário

Cartório Distribuidor



08/10/2014: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 08/10/2014

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Recebido do(a) DISTRIBUIDOR

Por: SISTEMA CNJ

Data: 09/10/2014

Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

Por: EUCLYDES CALIL FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho

DESPACHO

Considerando que as ações de cobrança de seguro DPVAT devem necessariamente tramitar pelo rito sumário (art. 275, II, *e*, do CPC), intime-se a parte Requerente para que, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, emende a petição inicial, adequando o rito processual, uma vez que o procedimento cadastrado pelo Advogado do(a) Requerente nestes autos virtuaisfoi o ordinário.

I..

Data constante do sistema.

EUCLYDES CALIL FILHO

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Competência Residual

(assinado digitalmente – Sistema CNJ/PROJUDI)



09/10/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 09/10/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA com prazo de 10 dias - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/10/2014)

Por: André Ferreira de Lima

13/10/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 13/10/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA)
em 13/10/2014 *Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
(09/10/2014)

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

13/10/2014: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 13/10/2014

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (09/10/2014)

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA RESIDUAL DA
COMARCA DE BOA VISTA/RR,**

Autos do Processo Cível nº 0830194-16.2014.8.23.0010

RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**, proposta em desfavor de **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S.A**, também individualizada, por meio de seu Advogado que a presente subscreve, com escritório constante no rodapé da presente, onde recebe as intimações e notificações de estilo, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **EMENDAR A PRELUDIAL**, com fundamento no art. 275, II do CPC, nos seguintes termos:

Primeiramente cumpre destacar que o sistema não permite que o Advogado altere o rito procedimental, o que fica inviável atender de pranto o despacho.

Dessa forma, a presente para requerer se determinado ao douto Cartório, para que altere, no sistema, o rito de ordinário para sumário.

Estes os termos em que **espera e confia no DEFERIMENTO**.

Boa Vista/RR, 13 de outubro de 2014.



Márcio L. Deodato de Aquino

Advogado OAB/RR nº 748



Data: 14/10/2014

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Contestação
- Petição
- Procuração



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE COMPETENCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RORAIMA

Autos nº **0830194-16.2014.8.23.0010**

Requerente: **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA**

Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), com escritório no endereço abaixo impresso, onde recebem intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar:

CONTESTAÇÃO

à pretensão indenizatória aforada por **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA**, lastreadas fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

1. RESUMO DA INICIAL:

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em **17/12/2013**. Em decorrência do acidente, recebeu o valor de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, referente a indenização do seguro DPVAT.

Contudo, mesmo após o pagamento, pleiteia complementação à indenização, atribuindo à causa o valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Destarte, a pretensão esboçada pela parte autora não merece prosperar pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

2. PRELIMINARMENTE

DA ILEGIBILIDADE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Como de praxe, há necessidade de que a inicial esteja devidamente instruída de provas suficientes à comprovação da veracidade das alegações. O amparo legal de tal pilar processual encontra-se no artigo 282 e 283 do CPC:

Art. 282 – A petição inicial indicará:

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





VI – as provas com que o Autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; (...)

Art. 283- A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis a propositura da presente ação;

Nos termos do artigo 267, inciso I, do CPC, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito e indeferida a petição inicial por falta de documentos indispensáveis à propositura da ação:

Art. 267 – Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I – quando o juiz indeferir a petição inicial;

Os documentos obrigatórios por força de Lei têm o escopo de comprovar: **a)** quem são os legítimos beneficiários do sinistrado (influenciando diretamente na legitimidade para propor a demanda); **b)** o real local do sinistro (o que indica o foro competente para processar e julgar a causa, por força do artigo 100, parágrafo único, da Lei Processual Civil); **c)** a data do sinistro (para fins de verificação do prazo prescricional); **d)** as lesões sofridas e o grau em que se deram; bem como **e)** a busca pela verdade real, princípio norteador do Direito.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (Seguro DPVAT), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11.482/07:

Art. 5º – o pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º – A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

- a) certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário – no caso de morte;
- b) prova das despesas efetuadas pela vítima com seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais (grifos nossos)

No caso em tela, o documento de identificação da parte Requerente está absolutamente ilegível, tornando impossível a tarefa de estabelecer a legitimidade da parte como beneficiária da indenização do Seguro DPVAT.

Desta forma, impõe-se ao D. Magistrado o indeferimento da petição inicial de acordo com o artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, bem como a nulidade dos atos processuais, conforme art. 37 do mesmo diploma legal.

3. DO MÉRITO:

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Conforme consta no processo administrativo, já foi pago à parte requerente o valor **exato** de acordo com a graduação da lesão diagnosticada.

A Seguradora pagou, a título de indenização, o valor de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) conforme demonstrado no MEGADATA anexo.

Sendo assim, não há valor a ser complementado pela Requerida.

Cabe ressaltar que, com o recebimento da indenização e a consequente firma do recibo de quitação, no qual outorgou a Requerida plena, rasa, geral e irrevogável subsunção ao valor devido, não há mais o que se questionar com relação ao sinistro indenizado.

Considerando que o valor liquidado perfaz a integralidade do *quantum* indenizatório de acordo com limite máximo indenizável, **requer a extinção do processo com resolução do mérito**, com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil.

DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.945/09

A parte autora alega que o tabelamento de indenização de acordo com o grau da lesão ofende o princípio da dignidade da pessoa humana e por isso seria inconstitucional.

Entretanto, **o seguro DPVAT não é uma exigência derivada de tal princípio constitucional.**

Com efeito, a densificação da dignidade da pessoa humana passa pela delimitação de um mínimo existencial.

Sobre o assunto, **Ingo Wolfgang Sarlet**, faz a seguinte advertência:

A dignidade não pode ser como o "espelho no qual todos veem o que desejam".¹

A existência digna, está intimamente ligada à prestação de recursos materiais essenciais, devendo ser analisada a problemática do salário mínimo, da assistência social, da educação, do direito à previdência social e do direito à saúde e não do seguro DPVAT.

Desta forma o respeito à dignidade humana estaria ligado a educação fundamental, a saúde básica, a assistência dos desamparados e o acesso à justiça fazem parte do mínimo existencial da dignidade da pessoa humana e não ao recebimento de seguro obrigatório.

Assim, ainda que de forma extremamente concisa e direta, afigura-se latente que o Seguro DPVAT não se enfeixa no núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana.

¹ Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p.

¹ POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

² FONSDECA, Rodrigo Garcia

³ Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





É imperativo que se aplique a Tabela da Susep, para sinistros ocorridos na vigência da Lei 11.842/07, da MP 451/2008 e da Lei 11945/09, para que não haja juízo de valor. O Relator Daniel Ribeiro Lagos, 2ª Vara Cível, Apelação nº 10000220070046555 do TJRO, assim ratificou:

Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização. Grau de incapacidade. Percentual. Tabela da SUSEP. A verba indenizatória do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente é determinada de acordo com o grau de incapacidade, observando-se os valores percentuais descritos na tabela de acidentes pessoais instituída pela SUSEP.

Ainda, acerca da constitucionalidade da lei, há que se destacar o julgado do Excelentíssimo Relator Desembargador *Jaime Luiz Vicari*, ao proferir acórdão em sede de apelação n. *365732 SC 2010.036573-2*:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO. RECURSO DO SEGURADO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALTERAÇÕES DA LEI N. 11.482/2007 À LEGISLAÇÃO ORIGINÁRIA DO DPVAT. **OFENSA À CARTA MAGNA NÃO CONFIGURADA**. TESE DE REJEIÇÃO DO ARGUMENTO MANTIDA. (...) Entretanto, as alegações do recorrente não procedem. É que a Lei n. 11.482/2007, aplicável aos sinistros ocorridos a partir da vigência da MP n. 340, de 29-12-2006, de forma alguma afronta o princípio da dignidade humana. Somente impõe um valor máximo para a indenização do seguro DPVAT sem torná-lo irrisório ou desproporcional ao fim a que se destina, como alega o recorrente. (...) Assim, mantém-se a rejeição à tese de inconstitucionalidade da Lei n. 11.482/2007.

Desta feita, não há que se falar em ofensa a dignidade humana, muito menos na inconstitucionalidade da lei 11.8482/07 e da Medida Provisória n.451/2008, convolada na Lei 11.945/2009.

Pelo exposto, requer seja desconsiderado os argumentos da parte autora quanto à a ofensa a dignidade humana e inconstitucionalidade da aplicação das tabelas como base para auferir grau à lesão.

DA LEGISLAÇÃO VIGENTE – CONSOLIDAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ

A Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida em Lei 1.194/2009, alterou o texto inicial Lei 6.194/74 que instituiu o seguro DPVAT no ordenamento jurídico.

A evolução da legislação através das alterações supramencionadas, surgiu com intuito de estabelecer critérios objetivos para o pagamento das indenizações por invalidez permanente, balizando a valoração das indenizações com base na tabela, em anexo à Lei 11.945/09.

Destaca-se que a regulamentação trazida pela nova legislação tem como condão garantir a isonomia e a sustentabilidade do sistema DPVAT, tratando cada sinistro como único, cada indenização de acordo com a efetiva lesão sofrida.

De maneira a resguardar os princípios da legalidade e da proporcionalidade, bem como dar azo à segurança jurídica inerente à promulgação da lei que rege a



1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





matéria, o Superior Tribunal de Justiça exarou a Súmula 474/STJ, conforme demonstrado a seguir:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Desta feita, em caso de suposta condenação, a quantificação da indenização, em decorrência da legislação vigente, deve respeitar a proporcionalidade da eventual lesão suportada pela parte autora.

DA FALTA COMPROVAÇÃO DOS DANOS AFIRMADOS PELA REQUERENTE E NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA

É indispensável à exata indicação do grau de invalidez para se obter a indenização do seguro obrigatório DPVAT até teto máximo fixado em lei.

Porém, os documentos trazidos pela parte autora mas não demonstram o grau em que a lesão se deu, ou seja, estamos diante de um laudo inconclusivo.

Sobre o pagamento proporcional à invalidez há posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.
Reclamação sob o viés uniformizador da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

Portanto, resta claro e evidente a necessidade de realização de perícia para graduar a lesão sofrida pelo autor.

DO NÃO CABIMENTO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Não há que se falar em julgamento antecipado de lide, a não realização da prova complexa implica em confronto direto ao melhor entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em especial a Súmula nº 474, conforme já apontado anteriormente.

Ainda, a despeito da prova documental a Requerente não comprovou a debilidade permanente, uma vez que consta no Laudo Pericial do IML percentual diverso que a Requerente alega ter sofrido.

Assim o conjunto probatório carreado aos autos existe divergência quanto ao percentual de debilidade, não sendo possível ao Douto Magistrado julgar o feito



1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



antecipadamente, de acordo com os argumentos levantados pela Requerente em sua peça exordial.

DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Na remota hipótese de a Ré ser condenada no pagamento de indenização, e, caso Vossa Excelência ainda entenda que a aplicação dos juros é devida, que seja o termo inicial da incidência a data da citação da Ré, conforme disposição expressa da Súmula 426 do STJ:

Súmula n.º 426 do S.T.J: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.

Neste mesmo sentido, a data do início da correção monetária deverá incidir tão somente da data da propositura da presente demanda, tal como estatuiu a Lei nº 6.899/81 em seu Art. 1º, § 2º.

Assim, face às argumentações anteriormente esposadas, deverá ser observada a data início da correção monetária e juros moratórios.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Denota-se, que a Requerente pleiteia o benefício da justiça gratuita, nesse passo, cumpre frisar que a Lei nº 1060/1950, determina que os honorários de sucumbência não poderão ultrapassar o patamar de 15%, nos termos do artigo 11 da referida lei.

4. DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer:

- a. O indeferimento da petição inicial pela falta de documentos indispensáveis à sua propositura, extinguindo-se o feito sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I c/c art. 283, ambos do Código de Processo Civil;
- b. A improcedência da ação em razão do pagamento administrativo já ter sido realizado de acordo a invalidez auferida à época do sinistro, com base na Lei nº 6.194/74 e MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09;
- c. Sejam julgados integralmente improcedentes os pedidos da parte autora pelos argumentos apresentados através dos fundamentos, legislação, doutrinas e jurisprudências;
- d. Caso entenda Vossa Excelência a pertinência de realização de exame pericial na parte autora para se constatar a suposta gravidade da lesão e sua extensão, que seja expedido ofício ao IML da residência do mesmo

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111
2 FONSDECA, Rodrigo Garcia
3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





para sua efetivação, reservando-se o direito da Ré em apresentar assistente técnico e quesitos;

- e. Pela eventualidade, em caso de condenação, que a mesma seja **obrigatoriamente** mensurada de acordo com a tabela trazida no anexo da Lei 11.945/09;
- f. Sejam desconsiderados os argumentos da parte autora quanto à inconstitucionalidade da aplicação das tabelas como base para auferir grau à lesão e da lei do DPVAT.
- g. O não cabimento do julgamento antecipado, devido à necessidade de dilação probatória quanto à invalidez permanente da Requerente, para só posteriormente, a demanda estar apta a um pronunciamento jurisdicional, assegurando a aplicação para os litigantes dos princípios constitucionais que norteiam toda relação jurídica processual;
- h. Juros de mora a partir da citação, correção monetária tendo como termo inicial a data da propositura da demanda e honorários de sucumbência limitados a 15% do valor da causa.
- i. “*Ad cautelam*”, requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos.
- j. Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RR nº 393-A.

***Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 14 de outubro de 2014.***

**Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A**

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111
2 FONSDECA, Rodrigo Garcia
3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





QUESITOS

1. A vítima possui algum tipo de invalidez?
2. A condição da vítima condiz com os fatos narrados na petição inicial e no boletim de ocorrência ou pode ser decorrente de um outro evento?
3. A condição atual da vítima é permanente ou ainda pode ser minimizada mediante tratamento médico?
4. No caso de não haver nenhuma possibilidade de reversão ou atenuação no quadro do autor, em qual classificação da tabela trazida na Lei 6.194/74 esta invalidez se encaixa?
5. A repercussão da lesão no membro afetado pode ser classificada como: residual; leve; moderada; ou grave?

Número do Sinistro

201451590201

Natureza

2 - INV PERM

Código da Seguradora

6921 - INVESTPREV SEGURADORA S/A

Delegacia

DAT BOA VISTA

Nome da Vítima

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Regulação

1

Data de Nascimento

12-11-1951

Data Reclamação

06-06-2014

Nome do Recebedor

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Data do Sinistro

17-12-2013

CPF/CGC Recebedor

00015103846268

Valor Indenização

1.687,50

Código do Receb./Benef.

1 - VITIMA

Valor Cor.Mon./Juros

0,00

Nome do Procurador

Data do Pagamento

12-09-2014

CPF/CGC Procurador

00000000000000

Boletim

011-F/2014

Categoria

09 - CICLOMOTOR, MOTONETA, MOTOCICLETA E TR

UF Sinistro

RR

Data Cadastramento

01-07-2014

Sub-Judice

Município da Ocorrência

BOA VISTA

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª
VARA DE COMPETENCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA
VISTA – RORAIMA**

Autos nº **0830194-16.2014.8.23.0010**

Requerente: **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA**

Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, já qualificada nos autos em epígrafe, comparece respeitosamente ante Vossa Excelência, em atendimento ao r. Despacho, para requerer o prazo de 20 (vinte) dias para juntada do comprovante de pagamento dos honorários periciais;

Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB/RR nº 393-A.**

*Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 14 de OUTUBRO de 2014.*


Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A



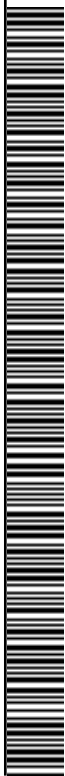
R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder • DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonete, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

Cartório de Notas - Tabelião Carlos Alberto Firino Oliveira
Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro, 2107-9900. Reconheço
por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO
BARBOSA NORTON

Data: 08/06/2011
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011. Conf. por:
Eu testamento. Na verdade. Serventia

Grupo Rendimento Básico Fixo - RBF

JOSÉ MÁRCIO
Total



Cartório de Notas - Tabelião Carlos Alberto Firino Oliveira
Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900
Certifico e dou fé de que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Data: 08/06/2011. Conf. por:
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011.

Cassio Pinheiro Kehl Aut.

Serventia : 4.17
R\$ TRASPASSES : 1.20
Total : 5.40



Parte V Publicações a Pedido

www.imprensaoficial.rj.gov.br



ANO XXXV - Nº 174
QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2009 - R\$ 2,50

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

BRASIL SANEAMENTO S.A.
CNPJ Nº 06.186.881/0001-30
NIRE: 33.002.27321-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA Brasil Saneamento S.A. realizada em 31/08/09, 1. Data Local: Local: Aos 31/08/09, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Av. Rio Branco, 26, sala 1002 (part), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença de todas as ações da Companhia, conforme lista de presença (Anexo I). 3. Assista: Presidente: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretário: Renato Pereira Lobo e Silva; 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00, mediante a emissão de 2.148.960 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, sendo de acordo com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, sendo a totalidade do preço de emissão destinada à formação do capital social, que passa de R\$ 49.134.968,00 para R\$ 51.283.968,00. 4.2 - Mediante aprovação de todos os acionistas da Companhia, as 2.148.960 novas ações emitidas são, neste ato, submetidas automaticamente à venda em leilão público, ao preço de emissão total de R\$ 2.148.960,00, sendo esta venda imediatamente integralizada, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II). 4.3 - Em ocorrência do deliberado nos itens anteriores, aprovar a alteração do caput do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 8º - O capital social da Companhia, inicialmente autorizado e integralizado, é de R\$ 49.134.968,00, dividido em 49.134.968 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal". 4.4 - Aprovar a alteração do inciso I do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, levanta-se a presente Ata da Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas. 6. Assinaturas: Presidente da Assembleia: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretário da Assembleia: Renato Pereira Lobo e Silva; Acionistas: SGC International S.A., Victor Saneamento Ltda., Alessandro d'Eccelesia Farnico, João Manuel Marcos Rodrigues Rêitor, João Manuel Quevedo Pereira Coutinho e Carlos Geraldo Langoni. Contem com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 31/08/09, Renato Pereira Lobo e Silva - Secretário da Assembleia, Juceria 00001951110 em 08/02/2009, Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Nº: 844118

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/Nº: 10.324.614/0001-18
NIRE: 33.034.026810-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/02/2009, 1. Local: Data: Data: 08/02/2009, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua de Candelária, nº 85, 20º andar - parte, Centro, 2. Encargos: Acionistas representando a totalidade dos acionistas presentes, conforme lista de presença (Anexo I).

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firms	1
Atas, Certidões e Termos	1
Associações, Sociedades e Firms	1
Exercício de Documentos	1
Leilões Extrajudiciais	1

Ideias do capital social da Companhia, conforme registrado no Livro da Presença da Assembleia assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presente também o Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Carlos Alberto Rosa, e o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Antônio Luiz Benedito Xavier, 3. Assista: Presidente: Sr. Antônio Luiz Benedito Xavier; Secretário: Sr. Carlos Alberto Rosa; 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00, mediante a emissão de 2.148.960 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, sendo de acordo com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, sendo a totalidade do preço de emissão destinada à formação do capital social, que passa de R\$ 49.134.968,00 para R\$ 51.283.968,00. 4.2 - Mediante aprovação de todos os acionistas da Companhia, as 2.148.960 novas ações emitidas são, neste ato, submetidas automaticamente à venda em leilão público, ao preço de emissão total de R\$ 2.148.960,00, sendo esta venda imediatamente integralizada, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II). 4.3 - Em ocorrência do deliberado nos itens anteriores, aprovar a alteração do caput do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 8º - O capital social da Companhia, inicialmente autorizado e integralizado, é de R\$ 49.134.968,00, dividido em 49.134.968 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal". 4.4 - Aprovar a alteração do inciso I do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, levanta-se a presente Ata da Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas. 6. Assinaturas: Presidente da Assembleia: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretário da Assembleia: Renato Pereira Lobo e Silva; Acionistas: SGC International S.A., Victor Saneamento Ltda., Alessandro d'Eccelesia Farnico, João Manuel Marcos Rodrigues Rêitor, João Manuel Quevedo Pereira Coutinho e Carlos Geraldo Langoni. Contem com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 31/08/09, Renato Pereira Lobo e Silva - Secretário da Assembleia, Juceria 00001951110 em 08/02/2009, Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

prto, Mesa: Antônio Luiz Benedito Xavier - Presidente; Camilo Carlos Moreira Tereza - Secretário; JUCERIA Nº 00001886644 em 10/03/2009, Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A

CONSTRUTORA DAS LTDA

CONSTRUTORA BRASILEIRA GUAIABA LTDA

TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSORCIO, QUE ENTRE SI FAZEM: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A - CNPJ nº 14.310.377/0001-40, CONSTRUTORA DAS LTDA - CNPJ nº 14.310.377/0001-40 e CONSTRUTORA BRASILEIRA GUAIABA LTDA - CNPJ nº 14.310.377/0001-40, 1) Tem como objetivo a associação para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, ante a atuação federal vinculada ao Ministério dos Transportes, durante o denominado DNT, dos serviços necessários à realização das Obras de implantação e pavimentação na Rodovia BR-468/RS Trecho IV, BR-116/RS-116 (Sapucaia do Sul) - Ent. BR-290/RS, km 14,64 - Km 22,34, compreendendo o LOTE 3 - de Condição Pública nº 197/2009-00. 2) O Consórcio terá endereço na Avenida Rio Branco, 156 - 30º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, CEP: 20090-000 e fora na cidade de Porto Alegre/RS, com duração igual ao necessário para a integral execução do contrato nº 492/09-00, terminando do plano direto quando as obras são as quais o CONSORCIO se incumbiu de fazer, bem como a todos os encargos e despesas decorrentes das atividades e serviços que lhe forem atribuídos pelo DNT, ou ainda na hipótese de execução do contrato, tornando-se mantida ou integralmente inexistente. 3) As CONSORCIADAS participam do EM PRETADAS nas ações, nos lucros e perdas, nos custos diretos e indiretos, tributos e encargos, despesas comuns, pagamentos, repatrios de recursos financeiros, direitos, deveres, responsabilidades, seguros, vobedade e proporção de suas respectivas participações no CONSORCIO, na forma e segundo QUOTAS SALVAD - 37,80% (trinta e sete vírgulas e oitenta centésimos por cento), GAS - 37,80% (trinta e sete vírgulas e oitenta centésimos por cento) e BRASILIA - 24,40% (vinte e quatro vírgulas e quarenta centésimos por cento). As CONSORCIADAS participam de todas as etapas das obras e serviços que integram o EMPREENDIMENTO, observando-se para todos os efeitos, sempre, o limite acima estabelecido. Registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NIRE nº 33.034.026810-1 em 16/09/2009 - Protocolo nº 00-2009/172115-5. Secretária Geral - Valéria G.M. Serra.

Nº: 844107

POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CONTRATO Nº 00.025.0001-45
ATA DE REUNIÃO DE SOCIEDADES - Em 21 de setembro de 2008, às 10:00h, os sócios reuniram-se em 100% (cem por cento) do capital da Potlatch Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/NIF sob o nº 30.025.0001-45, na sede da sociedade localizada na Rua de Quintana nº 32, 10º andar (parte), apresentaram por unanimidade as seguintes deliberações tomadas em Reunião de Sócios: 1) Redução do capital social no importe de R\$ 608.820,00 (seiscentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) mediante transferência do Sócios para a Potlatch Empreendimentos e Participações Ltda. (a) Sócios: 13.750 Lote e Sócios da Av. Salvador Alameda, antiga Av. Alfredo Balthazar da Silva, Recife dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, desisto e cancelado na Matrícula nº 84.478 do 9º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (b) Sócios: 15 de Quadra P da Planta 51-55-12915, com frente para a Av. Cesar Montoro, antiga Bandeira 7, Recife dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, desisto e cancelado na Matrícula nº 94.264 do 9º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (c) Redução de R\$ 608.820 (seiscentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) sobre o capital da sociedade; (d) Atribuição do contrato social, considerando as modificações promovidas, Rio de Janeiro (RJ), 21 de setembro de 2008, Mario Cesar Campanha - Presidente; Bruno Roberto Campanha - Secretário.

Nº: 844087



GH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/Nº: 00.062.800/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Estamos apresentando as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2007 e 2008. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2007 E 2008 (R\$)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2007 E 2008 (R\$)				
ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007	Administrativas	2008	2007	
Circulante	21.454,32	25.727,48	Circulante	824.873,22	310,00	Resultados Financeiros Líquidos	(43.114,17)	(1.014.351,19)	
Caixas	26.959,01	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	310,00	358,78	Resultados de equivalências patrimoniais	(735.770,18)	(1.644,71)	
Bancos	16.232,17	26.520,12	Lucro/Líquido e Distribuir	608.568,29	0,00	Resultado de equivalências operacional	3.818.867,11	1.308.957,27	
Créditos Diferentes com Terceiros	-	3.000,00	Outras Contas a Pagar	15.995,00	-	Lucro (Prejuízo) Operacional	3.040.742,76	189.165,37	
Fiscal	7.222,35	7.222,35	Passivo não circulante	1.119.849,11	3.622.878,29	Resultados antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	3.040.742,76	189.165,37	
Ativo não circulante	8.729.887,88	1.044.872,94	Emprestimos e Financiamentos	388.613,40	1.084.862,47	Resultado do Exercício	3.040.742,76	189.165,37	
Realizável a Longo Prazo	521.381,43	1.248.198,43	Outras Contas a Pagar	811.147,47	-	Lucro Líquido por Ação	0,22	0,04	
Conta Corrente Soc. Consórcios	8.199.808,41	3.722.874,13	Patrimônio Líquido	7.720.938,81	9.826.112,82				
Participações	8.183.681,81	6.777.507,07	Capital Social	4.240.400,00	4.240.400,00				
Investimentos	8.183.681,81	6.777.507,07	Reservas	5.051.926,61	3.888.878,63				
Impobilizado Líquido	15.324,52	19.866,08	Ações em Poder de Tercceiros	(1.581.391,00)	(1.151.263,00)				
Total do Ativo	8.744.422,40	8.119.534,09	Total do Passivo	8.744.422,40	8.119.534,09				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (R\$)									
Descrição	Capital	Reservas	Lucros (Prejuízos)	Ações em	Reservas	Lucros (Prejuízos)	Ações em	Reservas	Lucros (Prejuízos)
Saldo Inicial	4.240.400,00	328.871,35	650.584,14	979.785,92	2.309.735,41	-	-	-	-
Reconhecimento de Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda de Ações	-	-	-	11.400,00	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	-	-	3.040.742,76	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	4.240.400,00	328.871,35	650.584,14	979.785,92	2.309.735,41	-	-	-	-

SEGURADORA LIDER DOS
CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/Nº: 06.248.600/0001-04
NIRE: 33.034.026810-1

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 18 DE MARÇO DE 2009 - Data: Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 12º Andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 118, 126 e 131, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico" nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 9, 14 e 15, respectivamente. Publicações Prévias: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o balanço de 2008, os

dois auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicados nas páginas 8 e 9 das edições de 20, 21, 22 e 23 de fevereiro de 2009 do "Jornal Valor Econômico" e nas páginas 45, 46 e 47 de edição de 26 de fevereiro do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", na forma da Lei nº 6.404/76 e demais normativas da Superintendência de Seguros Privados. Presença: Presentes os acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme autógrafos constantes do Livro de Registro de Presença da Assembleia da Companhia. Presença ainda a Sr. Edineide Sampaio de Souza Gonçalves Nunes, representante do Conselho Fiscal da Companhia, e o representante da empresa de auditoria externa PricewaterhouseCoopers, para os fins e efeitos do § 1º do art. 134 da Lei nº 6.404/76. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: 1) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2008; 3) Deliberação sobre a distribuição de Dividendos no valor de R\$ 403.978,15 calculados com base no lucro líquido ajustado, apurado no dia base de 31 de dezembro de 2008; 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração e deliberação sobre a Remuneração global da Administração para o ano de 2009; e 5) Ratificação das designações de diretores responsáveis pela Superintendência de Seguros Privados - SUSP conforme determinação da Câmara de Direção Superior/DECONJUN 05/09; Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alterar o art. 3º do Estatuto Social para incluir os arts. 9º, 14 e 15º endereços da Rua Senador Dantas nº 74; para, conjuntamente com o 3º e 8º andares já indicados, consistirem com o endereço da sede da

Nº: 844077

[illegible]

— Parte V - Publicações a Pedido

BS.: As assinaturas com o selo somente serão concedidas para o funcionalismo público civil. Exceções estatutariamente previstas e consentidas da ANMP matrículas.

BS.: As assinaturas com o selo somente serão concedidas para o funcionalismo público civil. Exceções estatutariamente previstas e consentidas da ANMP matrículas.

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Rua Marquês de São Carlos, 116 - São Paulo - SP

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Marques de Olinda 2
Centro - Niterói, RJ CEP 24030-172 Tel.: (0xx21) 2717-141 FAX: (0xx21) 2717-434

www.imprensaoficial.rj.gov.br

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firmas

FOZ DE RIO DAS OSTRAS PARTICIPACDES S.A

CNPJ/MF n° 09.388.043/0001-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, - dada e lida em 20 de maio de novembro de 2009, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Cor. Bento Costa Júnior, nº 283 sala 112, parte, Centro, Rio das Oveas, RJ, CEP 26890-000. Presenças:
Acompanha representante(s) autoridade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, na forma do art. 173, inciso II, § 1º, da Lei 6.404/76, por ser esta uma Assembleia Extraordinária. Presidente: Simone Elita Martins Pereira, Secretário: Deberleides. Todas tomadas por unanimidade de votos: 1) aprovou a alteração da presente ata na forma sumária, conforme leitura e artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76; 2) aprovou o aumento do capital social em R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), mediante emissão de 398.865 (trezentos e noventa e oito mil, oitocentas e sessenta e cinco) ações ordinárias sem valor nominal, de R\$ 2,00 cada uma, inscritas sob o CNPJ nº 06.710.297/0001-09, denominada Foz de Brás S/A ("FOZ"), conforme boletim da Subscrição que integra e apresenta ao caso Anexo I, mediante capitalização de créditos devidos pela FOZ contra a Companhia no mesmo valor, conforme laudo de avaliação integrante desta ata com o Anexo 2; 3) como consequência da desalocação aprovada no item 1 acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 29.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), divididos em 25.000.000 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil) ações ordinárias sem valor nominal, para R\$ 37.850.000,00 (trinta e sete milhões, oitocentas e cinquenta mil reais), dividido em 37.850.000 (trinta e sete milhões, oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal, selecionadas e enquadradas nos seguintes critérios preferências, para R\$ 28.785.000,00 (vinte e oito milhões, setecentas e oitenta e cinco mil reais), dividido em 23.988.655 (vinte e três milhões, novecentas e oitenta e oito mil, seiscenas e cinquenta e cinco) ações ordinárias sem valor nominal, e R\$ 9.065.000,00 (nove milhões, seiscentas e cinqenta mil reais), dividido em 7.250.000 (sete e vinte e cinco milhares, duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal, todas totalmente subscritas e integralizadas. § único - A taxa vedada é reversível pela Companhia de partes beneficiárias; 4) ratificou a nomeação da empresa Genesys e Sierra Consultoria e Treinamento Ltda., inscrita no Conselho Superior de Contabilidade nº 000.000.000/0001-00, inscrita no CNPJ nº 06.710.297/0001-09, denominadas GENESYS E SIERRA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA., sediada na Avenida Tancredo Neves, nº 809 Edif. Estreladora Tower, sala 907, Caminho das Antilhas, Salvador, BA, CEP: 41820-021 ("Genesys e Sierra"), para, nos termos do art. 8º, da Lei 6.404/76, proceder à cancelação dos créditos dados em sua favor da FOZ junto à Companhia, avaliados como bem pelos a integração dos 398.865 ações novas no item 2 acima; 5) tendo sido previamente concluída a análise contábil realizada pelo Comitê de Auditoria e Controladoria, autorizou a emissão de 398.865 ações ordinárias sem valor nominal, de acordo com os critérios de preferência aqui estabelecidos, não sendo aplicável o disposto no parágrafo anterior dos créditos oriundos pelo acionista FOZ, confirmando seu valor, conforme Laudo de Avaliação que rezaq integramente aprovado nesta Assembleia e que passa a integrar e presente ate como Anexo 2 Documentos arquivados: Foram arquivados os documentos relacionados nessa ata, assim numerados sequencialmente e autenticados pelas Mesas Diretores da Mesa: Nada mais havendo a tratar, eu encerro a reunião, declarando a presente ata que pode lida e aprovada. Eu, o(a) Diretor(a) responsável pela Ata, lavrei esta Ata em duas vias, ficando uma delas anexada ao Livro de Atas e a outra entregue ao Senhor Rocha Mascarenhas, Presidente, Senor Paulo Matias Pereira, Secretário, Acionistas, Ana Beatriz Rocha Mascarenhas e Titulares Voz Simpatizantes pela companhia Azoi do Brasil S/A, Advogados Chaves Juca Romo e Paulo Henrique Yua Ceadepe pelas sociedades Construtora Norberto Odebrecht S/A e CBPO Engenharia Ltda.. - Autenticado Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Inscr. Far do Rio das Ostras Participações S/A. Nre: 33.0013413-4. Protocolo: DG-700744893-1. / 51/2/2009. Cancela o anteriormente em 08/07/04, o número e data abaixo: 3200188864. Data: 08/07/2010.

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO OPVAT S.A.

CNPJ nº 02.748.608/0001-0
NIRE nº 31.003.847/4

[illegible]

SUMÁRIO

Atas, Cartões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas _____

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas: _____

Órgãos de Representação Profissional _____

[illegible]

WILSON, SONS OFFSHORE S/A

[illegible]

Ata da 18ª reunião ordinária de apresentação: Foi lida, então, a leitura do Boletim de Subscrição do projeto do Estatuto Social, os quais fazem parte integrante desta ata. Independentemente de qualquer oposição, após as discussões, foi o projeto do Estatuto Social aprovado pela totalidade dos subscritores. Verificado o cumprimento de todas as formalidades legais, declarou o Sr. Presidente constituída a Cia. denominada Wilson, Gers Offenhaym S/A, que reger-se-á pelo Estatuto Social anexo e pela legislação em vigor. Procedendo-se, então, a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, o Sr. Arnaldo Calbeaux Filho foi eleito Diretor, para o cargo de 2 anos; o Sr. Gerson de Azevedo e Guterres Ramêla, já qualificado, como Diretor Administrativo-Financeiro, ambos para 1 mandato de 2 anos. A remuneração normal da Diretoria é fixada no montante de R\$ 500,00 para cada Diretor. Os Diretores foram imediatamente investidos nos seus cargos mediante assinatura nos respectivos instrumentos. Declaram os Diretores, sob as penas da lei, não terem sido condenados e o cargo que ocupa, antes que tenham exercido as funções e cargos públicos, ou que tenham sido condenados, por qualquer motivo, em processo criminal, por crime de natureza popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, ou contra a fé pública ou de propriedade, nem - estando atualmente investidos e ocupando cargo - por prática dos atos de comércio e para a execução das atividades mercantis inerentes ao cargo para o qual foram nomeados. Ressaltando, também, e frisar, que o mesmo susseguia pelo projeto de lei nº 1.244, de 1964, que se refere ao presente Assentamento, não tendo sido e não estando em processo criminal, em qualquer instância, por crime de natureza popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, ou contra a fé pública ou de propriedade, nem - estando atualmente investidos e ocupando cargo - por prática dos atos de comércio e para a execução das atividades mercantis inerentes ao cargo para o qual foram nomeados. Art. 1º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 2º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 3º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 4º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 5º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 6º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 7º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 8º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 9º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 10º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 11º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 12º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 13º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 14º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 15º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 16º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 17º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 18º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 19º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 20º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 21º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 22º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 23º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 24º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 25º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 26º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 27º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 28º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 29º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 30º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 31º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 32º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 33º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 34º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 35º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 36º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 37º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 38º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 39º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 40º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 41º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 42º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 43º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 44º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 45º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 46º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 47º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 48º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 49º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 50º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 51º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 52º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 53º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 54º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 55º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 56º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 57º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 58º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 59º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 60º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 61º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 62º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 63º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 64º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 65º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 66º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 67º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 68º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 69º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 70º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 71º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 72º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 73º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 74º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 75º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 76º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 77º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 78º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 79º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 80º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 81º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 82º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 83º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 84º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 85º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 86º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 87º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 88º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 89º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 90º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 91º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 92º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 93º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 94º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 95º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 96º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 97º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 98º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 99º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 100º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 101º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 102º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 103º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 104º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 105º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 106º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 107º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 108º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 109º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 110º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 111º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 112º A Cia. tem sede e tipo no dia de Janeiro/RJ, no Av. Rio Branco, 25, 6º andar, parte II, da Capital e das Ações. Art. 113º O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações OM tem valor nominal: Art. 114º Cada ação paga pelo 1º voto nas Assembleias Gerais. Art. 115º A Cia., por determinação de Assembleia Geral, poderá criar ações de preferência para o capital de outras empresas com economia de custeio. Art. 116º O prazo do estatuto da Cia. é indeterminado. Art. 117

14/10/2014: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL.

Data: 14/10/2014

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Complemento: Responsável: EUCLYDES CALIL FILHO

Por: André Ferreira de Lima

17/10/2014: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 17/10/2014

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: EUCLYDES CALIL FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

**Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR -
CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail: v3cv@tjrr.jus.br**

Autos nº. 0830194-16.2014.8.23.0010

DECISÃO

I. Defiro pedido de justiça gratuita.

II. Considerando que o comparecimento espontâneo do Réu supre a necessidade de citação, nos termos do art. 214, § 1º, do CPC, bem como que faz-se necessária a realização de perícia médica, intime-se a parte Requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o comprovante de depósito dos honorários periciais, os quais já arbitro em R\$ 150,00, sob pena de indeferimento da perícia.

III. Desde já, nomeio os peritos Dr. Roger Malacarne Caleffi, Dr. Rogério Leonardo de Paula, Dra. Claudia Giani Alves, Dr. Samir de Araújo Xaud, devendo o senhor Escrivão designá-los de acordo com a disponibilidade dos mesmos.

IV. Intimem-se as partes, por intermédio de seus procuradores judiciais, sobre a data da perícia a ser realizada na sala de audiência da 1ª Vara Cível de Competência Residual, ocasião em que deverão trazer exames/laudos médicos anteriormente realizados.

V. Intimem-se ainda as partes, para querendo, apresentar assistente técnico, que deverá independentemente de intimação, comparecer à perícia.

VI. Após a realização da perícia, venham os autos à conclusão para sentença.

VII. Cumpra-se com urgência.

Considerando o requerimento da parte Autora, retifique-se o cadastro destes autos quanto à classe processual, para que conste "procedimento sumário".

R. I..

Data constante do sistema.

EUCLYDES CALIL FILHO

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Competência Residual

(assinado digitalmente – Sistema CNJ/PROJUDI)



22/10/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 22/10/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. com prazo de 15 dias - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (17/10/2014)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

22/10/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 22/10/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA
para mera ciência, sem prazo - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (17/10/2014)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

22/10/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 22/10/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA)
em 22/10/2014 *Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (17/10/2014)

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

29/10/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 29/10/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.) em 29/10/2014 *Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (17/10/2014)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Data: 07/11/2014

Movimentação: JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO

Por: davinson jesus ortiz lima

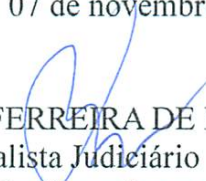
Relação de arquivos da movimentação:

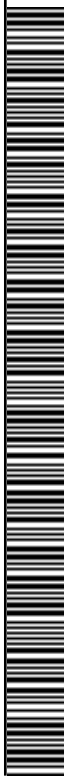
- Certidão

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao r. Despacho/ Decisão do MM Juiz da 1ª Vara Cível - Residual, fica designada a realização de perícia médica, agendada para o dia 24 de novembro de 2014, a partir das 14:00 h, por ordem de chegada, a ser realizada na sala de audiências da 1ª Vara Cível - Residual, localizado no Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, Boa Vista-RR. Intimem-se as partes, por intermédio de seus procuradores judiciais, sobre a data da perícia a ser realizada, ocasião em que deverão trazer exames/laudos médicos anteriormente realizados. Intimem-se ainda as partes, para querendo, apresentar assistente técnico, que deverá independentemente de intimação, comparecer à perícia, conforme determinado no r. Despacho/ Decisão inicial.

Boa Vista/RR, 07 de novembro de 2014.


ANDRÉ FERREIRA DE LIMA
Analista Judiciário
(assinado eletronicamente)



07/11/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 07/11/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para mera ciência, sem prazo - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (07/11/2014)

Por: davinson jesus ortiz lima

07/11/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 07/11/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA para mera ciência, sem prazo - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (07/11/2014)

Por: davinson jesus ortiz lima

13/11/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 13/11/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA)
em 13/11/2014 *Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (07/11/2014)

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

14/11/2014: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

Data: 14/11/2014

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

*Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (17/10/2014)

Por: SISTEMA CNJ

14/11/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 14/11/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.) em 14/11/2014 *Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (07/11/2014)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Data: 25/11/2014

Movimentação: JUNTADA DE LAUDO

Por: davinson jesus ortiz lima

Relação de arquivos da movimentação:

- Laudo Pericial

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**
(Art. 31 da Lei 11.945, de 04/08/2009)

Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010

Requerente: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Informações do acidente

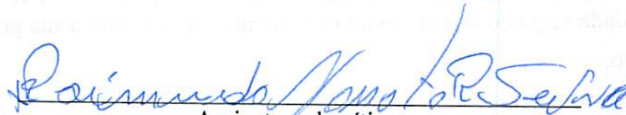
Local: _____

Data do acidente ____/____/____

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial em epígrafe, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 1ª Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista-RR.

Boa Vista-RR, 24 / 11 / 04


Assinatura de vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ sim ☐ não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)

Coluna vertebral torácica

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Trauma com fratura vertebral

T.T.O. causada

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ sim ☒ não

Se SIM, descreva a(s) medidas terapêutica(s) indicada(s)



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Dor crônica; limitação aos
movimentos moderada, limitação
as forças repetitivas

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ sim
☒ não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945, de 04 de julho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmentos corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)
b) ☒ Parcial
(dano anatômico ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º, da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

- 1ª Lesão Coluna vertebral Torácica ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa
2ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa
3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa
4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação - havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem qualificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Boa Vista-RR, 24 / 11 / 14

Assinatura do Médico - CRM

Dr. Rogério L. L.
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RR 1222

25/11/2014: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 25/11/2014

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: EUCLYDES CALIL FILHO

Por: davinson jesus ortiz lima

Data: 28/11/2014

Movimentação: JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO

Por: EUCLYDES CALIL FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

**Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR -
CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail: v3cv@tjrr.jus.br**

Autos nº. 0830194-16.2014.8.23.0010

SENTENÇA

A parte Autora, já qualificada nos autos, ingressou com Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, aduzindo, para tanto, que foi vítima de acidente automobilístico que lhe resultou na debilidade apontada na inicial.

Afirma, ainda, que a Requerida efetuou pagamento administrativo aquém do devido.

Em face da situação narrada, pugna a Demandante pela condenação da Requerida ao pagamento do valor apontado na inicial.

Contestação apresentada pela Requerida.

Foi realizada perícia médica, a fim de se aferir a lesão causada na parte Autora.

Ambas as partes juntaram documentos.

Eis o relato. Passo a decidir.

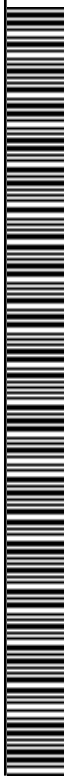
Inicialmente, verifico que a questão é unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de outras provas, além das constantes nos autos, sendo a realização de audiência desnecessária, tendo em vista a evidente impossibilidade de acordo entre as partes (art. 331, § 3º, do CPC), motivo pelo qual entendo ser o caso de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC.

Quanto à aplicação da legislação ordinária ao caso em apreço, destaco, inicialmente, que há um precedente da Turma Cível do Tribunal de Justiça de Roraima, no qual se decidiu pela inconstitucionalidade da indenização proporcional ao grau da lesão (AC 0010.08.908440-3, j. 30/08/11; Rel.: Juíza Convocada Elaine Bianchi; Revisor: Juiz Convocado Leonardo Pache).

Nada obstante, verifico que a matéria já foi pacificada pelo STJ com a edição do verbete sumular nº 474, vazado nos seguintes termos:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Destarte, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.



Feitas as devidas considerações, tendo em vista que a perícia médica realizada no Requerente confirma a invalidez permanente parcial incompleta, passo a realizar a graduação consoante o resultado da mencionada perícia, em consonância com os graus de invalidez presentes na susodita tabela.

Em tal situação, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, estabelece que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do mesmo parágrafo.

No caso *sub judice*, o percentual a que se chega em razão da lesão apontada nos autos é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00.

Em seguida, consoante inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, reduz-se o valor acima para 75%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando um valor de R\$ 10.125,00.

Como a própria parte Autora admite que já recebeu administrativamente R\$ 1.687,50, seu pedido deve ser acolhido apenas em parte para impor o pagamento da diferença.

ANTE O EXPOSTO, JULGO O PEDIDO PARCIALMENTE PROCEDENTE para condenar a ré ao pagamento de R\$ 8.437,50 com juros a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso (acidente), extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

Condeno a parte Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Após o depósito do valor da condenação, expeça-se alvará de levantamento em nome da parte Autora, devendo ser subtraído o montante dos honorários advocatícios, se houver, os quais deverão ser liberados por meio de alvará em nome do Patrono do Requerente.

Caso haja petição da parte Requerente para que os valores sejam liberados integralmente (condenação e honorários sucumbenciais) em nome do seu Causídico e havendo a previsão expressa de poderes específicos para levantamento de alvará na respectiva Procuração, fica desde já deferido o aludido pedido.

Caso a Requerida não tenha depositado os valores relativos aos honorários periciais, determino seja efetuada sua penhora via BACENJUD, devendo o presente feito ser posteriormente encaminhado à conclusão.

Caso os valores já tenham sido depositados, expeça-se alvará em favor do perito.

P. R. I.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Data constante do sistema.

EUCLYDES CALIL FILHO

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Competência Residual

(assinado eletronicamente – Sistema CNJ/PROJUDI)



02/12/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 02/12/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA com prazo de 15 dias - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/11/2014)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

02/12/2014: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 02/12/2014

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. com prazo de 15 dias - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/11/2014)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

02/12/2014: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 02/12/2014

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 1ª(º)
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0830194-16.2014.8.23.0010

Autor: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPVAT

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para requerer a juntada do comprovante de pagamento no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente aos honorários periciais.

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 393-A/RR.

***Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 1 de dezembro de 2014.***

ALVARO LUIZ FERNANDES

OAB/RR 393-A



01/12/2014

Recibo de Depósito para a Solcitação 10672221



DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL 3900130059582		
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 27-11-2014		AGÊNCIA (PREF/DV) 3797-4	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 27-11-2014	Nº DA GUIA 10672221	NUMERO DO PROCESSO 0830194-16.2014.8.23.0010			TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA BOA VISTA		ORGÃO /VARA 1 VARA CIVEL RESIDUAL		DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 150,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER				TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA				TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 15103846268
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 83ECDB66636927F5					



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYKT FRC2B SMC4C D5QNY



02/12/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 02/12/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA)
em 02/12/2014 *Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO
(28/11/2014)

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

10/12/2014: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 10/12/2014

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.) em 10/12/2014 *Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/11/2014)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

18/12/2014: DECORRIDO PRAZO DE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA.

Data: 18/12/2014

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Complemento: (P/ advgs. de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA *Referente ao evento
JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO(28/11/2014)

Por: SISTEMA CNJ

13/01/2015: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 13/01/2015

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª
VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA
VISTA – ESTADO DE RORAIMA**

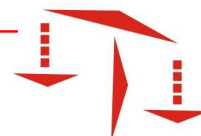
Autos nº 0830194-16.2014.8.23.0010

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, na ação proposta por **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA**, inconformada, *data vênia*, com a r. Sentença do juízo a quo, com fundamento nos artigos 513 e seguintes do Código de Processo Civil, tempestivamente, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Aduzindo suas razões em anexo a esta.

Em face da tempestividade e a presença dos demais elementos de admissibilidade deste recurso, requer a Vossa Excelência que o receba em ambos os efeitos (suspensivo e devolutivo), assim como a juntada dos comprovantes de pagamento das custas para que surta seus efeitos e o faça





juntar aos autos, remetendo-o, após as formalidades de praxe, ao juízo ad quem para que o conheça e no mérito lhe dê provimento para reformar integralmente a sentença ora impugnada.

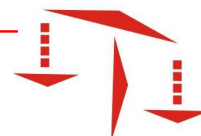
Desde já requer-se seja dado seguimento aos termos do procedimento, devendo as intimações ocorrer em nome de **ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RR nº 393-A, nos termos e fundamentos fáticos a seguir expostos.

Pede deferimento.

Boa Vista, 12 de agosto de 2014.

ALBERT BANTEL
OAB/RR nº 711


Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A





EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

AUTOS 0830194-16.2014.8.23.0010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

APELADO: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

ÍNCLITOS JULGADORES

O douto juízo de primeiro grau não fez a costumeira Justiça que lhe é peculiar ao declarar a procedência da ação.

A reforma da sentença é medida que se impõe, não só pela absoluta ausência de rigor científico das razões de decidir como também porque o julgador deixou de aplicar com exatidão o texto legal.

É o que será adiante demonstrado.

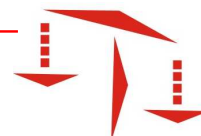
1. BREVE RELATO:

Sustenta o requerente, ora Apelado, em sua inicial, que foi vítima de acidente de trânsito e que, em virtude do ocorrido, ficou com lesões permanentes que enseja o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT.

Sendo assim, vem requerer em Juízo o valor equivalente à diferença percebida em âmbito administrativo e o teto máximo que acredita ser devido.

2. DA SENTENÇA:

O Juiz monocrático julgou procedente a lide condenando a Recorrente ao pagamento de **R\$ 8.437,50 (Oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, com base na legislação vigente à época, corrigido monetariamente desde o efetivo prejuízo e com juros legais a partir da citação.





Em razão do julgado, enfrentar-se-á à frente cada ponto da sentença particularizando-se os fundamentos fáticos e jurídicos pelos quais a decisão merece reforma, em especial pelo fato de o MM. Juiz **não ter observado doutrina e Jurisprudência com relação à correta aplicação da Tabela.**

DO LAUDO PERICIAL REALIZADO POR EXPERT INDICADO PELO JUÍZO - DO VALOR JÁ PAGO – DO ERRO DE ENQUADRAMENTO NA SENTENÇA

Primeiramente vale ressaltar que, a indenização já fora efetuada, em sede administrativa no valor de **R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Neste passo o papel da perícia/avaliação é de importância singular para garantir a cada vítima de acidente automobilístico uma indenização proporcional e justa.

Compulsando os autos, contudo, verifica-se que durante o trâmite processual foi realizada perícia médica, por perito especializado indicado pelo Juízo. Neste laudo, realizado em o perito atestou a existência de invalidez permanente parcial incompleta, com a seguinte graduação:

Segmento anatomico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Coluna vertebral torácica

Destarte, podemos encontrar correspondência da graduação na tabela em anexo como "*Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral, no percentual de 25%.*"

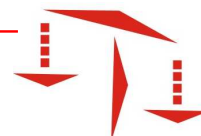
Assim, analisamos a seguinte operação:

R\$ 13.500,00 (x) 25% (x) 75% (Grau da Lesão) = **R\$ 2.531,25**

(-) R\$ 1.687,50 (valor pago administrativamente)

Saldo remanescente: R\$ 843,75

Assim, em caso de eventual condenação, a complementação não poderá ultrapassar o valor de **R\$ 843,75 (Oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**





Entretanto, a sentença, por um mero equívoco de cálculo e enquadramento das lesões, calculou a condenação de modo diverso ao previsto em lei, alterando assim o correto valor indenizatório.

Logo, impera a necessidade de que seja reformada a sentença, para que seja considerado o grau de lesão apurado em perícia judicial como base de cálculo da indenização.

3. DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, na forma das razões supra, e o contido no processo, pela análise dos fatos descritos, pela aplicação da Lei processual e o mais recente entendimento jurisprudencial emanado dos Egrégios Tribunais e Cortes Superiores, é inafastável a reforma da r. sentença, objeto do presente recurso de apelação.

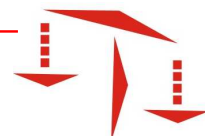
- a) Requer-se a improcedência da ação em razão de o pagamento administrativo já ter sido realizado.
- b) Ainda, caso mantida a condenação, o que não se espera, requer-se o correto enquadramento da lesão de modo que o valor indenizatório não seja superior a **R\$ 843,75 (Oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.
- c) Por fim, requer-se que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RR nº 393-A.

Invocando o elevado conhecimento jurídico reconhecido aos nobres Julgadores desse Tribunal, requer-se o provimento do recurso, com a reforma da decisão recorrida, julgando improcedente a ação aforada, por representar a proteção jurisdicional na aplicação da Lei.

*Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 12 de agosto de 2014.*

ALBERT BANTEL
OAB/RR nº 711


Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A



						86670000000-7 47050574106-1 02015012700-7 10150051629-5					
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA											
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA		CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 47,05		Vencimento: 27/01/2015	
Comarca: BOA VISTA		Nº G.A.J.: 010.15.0051629		Valor da Causa: R\$ 11.812.50		Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010					
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A								CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
											
Autenticação Mecânica											

						86670000000-7 47050574106-1 02015012700-7 10150051629-5					
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA											
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA		CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 47,05		Vencimento: 27/01/2015	
Comarca: BOA VISTA		Nº G.A.J.: 010.15.0051629		Valor da Causa: R\$ 11.812.50		Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010					
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A								CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
Descrição das receitas										Valor R\$	
01. APELAÇÕES(1 x R\$ 17,05)										R\$ 17,05	
01.1 TAXA JUDICIARIA										R\$ 30,00	
OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL										R\$ 47,05	
											
Autenticação Mecânica											



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
13/01/2015 - AUTO-ATENDIMENTO - 09.02.08
5790805790

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: POERSCH E ADVOGADOS ASSOC
AGENCIA: 5790-8 CONTA: 270.757-8
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT
=====


Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86670000000-7 47050574106-1
	02015012700-7 10150051629-5
Data do pagamento	13/01/2015
Valor Total	47,05

=====

DOCUMENTO: 011314
AUTENTICACAO SISBB:
8.309.78F.98D.566.011

Transação efetuada com sucesso por: J9271218 CHARLES FRIEDRICH NETO.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrj.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTA4 U4UFS 4DMLK DXZD3



27/01/2015: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 27/01/2015

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO(28/11/2014)

Por: SISTEMA CNJ

Data: 24/03/2015

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: Márcia Andrea de Souza Santos

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR -

CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail: 1civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010
<i>Classe Processual: Procedimento Ordinário</i>
<i>Assunto Principal: Seguro</i>
<i>Valor da Causa: : R\$11.812,50</i>
Autor(s) <i>RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA</i> <i>RUA EDMILSON JOSE COSTA, 738 - EQUATORIAL - BOA VISTA/RR</i>
Réu(s) <i>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</i> <i>Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205 - E-mail: contencioso@seguradoralider.com.br - Telefone: (21) 3861 4635</i>

APELANTE: *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*

CERTIDÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 104, do provimento/CGJ nº 002/2014 (alterado pelo provimento/CGJ nº 003/2014), certifico que foi apresentado Recurso de Apelação tempestivamente (EP 35). Informo ainda que foi realizado preparo do referido recurso.

BOA VISTA, 24 de Março de 2015.

MARCIA ANDREA DE SOUZA SANTOS

Técnica Judiciária

Assinado Eletronicamente - Lei 11.419/2006



24/03/2015: CONCLUSOS PARA DESPACHO - ANÁLISE DE RECURSO.

Data: 24/03/2015

Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO - ANÁLISE DE RECURSO

Complemento: Responsável: EUCLYDES CALIL FILHO

Por: Márcia Andrea de Souza Santos

Data: 30/03/2015

Movimentação: RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO

Por: EUCLYDES CALIL FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

**Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR -
CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail: 1civelresidual@tjrr.jus.br**

Autos nº. 0830194-16.2014.8.23.0010

DECISÃO

O recurso de apelação foi interposto no prazo legal e foi realizado o preparo, conforme Certidão lavrada pelo Escrivão.

Assim sendo, recebo o aludido recurso em seus efeitos suspensivo e devolutivo, nos termos dos arts. 518 e 520, ambos do CPC, na forma prevista no art. 104 do Provimento nº. 002/2014-CGJ/RR, com redação alterada pelo Provimento nº. 003/2014-CGJ/RR.

Outrossim, intime-se o recorrido para oferecimento das contrarrazões, no prazo de 15 dias (art. 508 do CPC), nos moldes indicados no art. 104, §2º do Provimento nº. 002/2014-CGJ/RR, com redação alterada pelo Provimento nº. 003/2014-CGJ/RR.

Transcorrido o aludido prazo, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Eg. Tribunal de Justiça de Roraima, ressalvada a hipótese do art. 518, § 2º, do Código de Processo Civil.

R. I..

Data constante do sistema.

EUCLYDES CALIL FILHO

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Competência Residual

(assinado eletronicamente – Sistema CNJ/PROJUDI)



09/04/2015: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 09/04/2015

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias - Referente ao evento RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO (30/03/2015)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

09/04/2015: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 09/04/2015

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA
com prazo de 15 dias - Referente ao evento RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO
SUSPENSIVO (30/03/2015)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

10/04/2015: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 10/04/2015

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA)
em 10/04/2015 *Referente ao evento RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO
(30/03/2015)

Por: Márcio Leandro Deodato de Aquino

17/04/2015: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 17/04/2015

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 17/04/2015 *Referente ao evento RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO (30/03/2015)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

28/04/2015: DECORRIDO PRAZO DE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA.

Data: 28/04/2015

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Complemento: (P/ advgs. de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA *Referente ao evento RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO(30/03/2015)

Por: SISTEMA CNJ

06/05/2015: REMETIDOS OS AUTOS PARA APOIO ESPECIALIZADO.

Data: 06/05/2015

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA APOIO ESPECIALIZADO

Complemento: TJRR - SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL (2º grau) - AVALIAÇÃO

Por: Thiago Marques Lopes

07/05/2015: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 07/05/2015

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento RECEBIDO O RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO(30/03/2015)

Por: SISTEMA CNJ

20/05/2015: JUNTADA DE COMPROVANTE DE ENTREGA DE ALVARÁ.

Data: 20/05/2015

Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE DE ENTREGA DE ALVARÁ

Por: André da Silva Ribeiro

Relação de arquivos da movimentação:

- Ofício



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL

Fórum Advogado Sebral Pinto

Praça do Centro Cívico, 666, Centro, Boa Vista - Roraima, CEP 69301-380

Fone/Fax 95 3198 4734 / e-mail: lcivelfresidual@tjrr.jus.br

Ofício nº 239/2015-1ª V. Cível - Residual / CART

Boa Vista, 30 de abril de 2015.

Ao(a) Senhor(a)
Gerente do Banco do Brasil S/A
Av. Glaycon de Paiva, nº 74, piso superior - Centro, Boa Vista/RR
CEP: 69301-250

ASSUNTO: Transferência de valores

Senhor(a) Gerente,

Cumprimentando Vossa Senhoria, determino a transferência dos valores depositados em contas judiciais (comprovantes em anexo), com rendimentos, para conta no Banco do Brasil, Agência nº 5042-3, Conta Corrente nº 142646-X, em nome de ROGÉRIO LEONARDO DE PAULA DIAS - CPF nº 667.859.952-72, referentes as perícias médicas realizadas nos processos abaixo relacionados:

PROCESSO	REQUERENTE	REQUERIDO(A)	VALOR
0832944-88.2014.8.23.0010	<u>JOAO EVANGELISTA P. DOS SANTOS</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0829672-86.2014.8.23.0010	<u>JULIO CESAR DA SILVA SANTOS</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0830194-16.2014.8.23.0010	<u>RAIMUNDO NONATO R. DA SILVA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0829434-67.2014.8.23.0010	<u>LUIZ HENRIQUE MONTESSI MARTINS</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0832044-08.2014.8.23.0010	<u>DWYLLAMS BESERRA LIRA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0831177-15.2014.8.23.0010	<u>JEAN MACEDO DA SILVA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0829630-37.2014.8.23.0010	<u>EDIVAN SOUZA ANDRADE</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0831209-20.2014.8.23.0010	<u>RAUL CELIO GOMES DOS SANTOS</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0815120-19.2014.8.23.0010	<u>MARIETA DA SILVA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0831021-27.2014.8.23.0010	<u>GESSEILSON ALVES DA SILVA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0832953-50.2014.8.23.0010	<u>MÁRCIO CARNEIRO DA SILVA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0830923-42.2014.8.23.0010	<u>DENNY FABIAN DOS SANTOS PINHO</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0829413-91.2014.8.23.0010	<u>IZALETE DE SOUZA MELO</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0830594-30.2014.8.23.0010	<u>AGENOR BENEDITO PECANHA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00
0829584-48.2014.8.23.0010	<u>NELSONE DE PEREIRA ROLA</u>	Seguradora Líder	R\$ 150,00

Outrossim, solicito que informe a este Juízo, de forma discriminada (através de extrato de cada transferência realizada), o cumprimento desta determinação.

Atenciosamente,

Euclides Calil Filho

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Competência Residual

PROTOCOLO DIRETO
FÓRUM ADV. SEBRAL PINTO

RECEBIDO

Em 07/05/15
13h58 horas

Dulcides Graças B. de Paiva
Assessoria Jurídica - Mat. 2000020
RG 103288 SSP/RR



Ag. Setor Público, Of. JUD nº 977/15
Boa Vista (RR), 14 de maio de 2015


Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),


Em atenção ao Ofício nº 240/2015-1ª V. Cível- Residual/ CART, informamos que procedemos a transferência dos valores solicitados, acrescidos de juros e correções, para a conta corrente nº 142.646-X da agência nº 5042-3, Banco do Brasil, em favor de ROGÉRIO LEONARDO DE PAULA DIAS.

2. Esperando tê-lo(a) atendido de modo satisfatório, renovamos nossos votos de estima e elevado respeito.

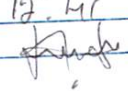
Respeitosamente,

Ag. Setor Público Boa Vista (RR)


Cristyanne Barroco
Gerente de Negócios


Karolyne Américo
Gerente de Serviços

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
**1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL
BOA VISTA-RR**

**1ª VARA CÍVEL
DE COMPETÊNCIA RESIDUAL**
Recebido em Cartório
Boa Vista-RR 14/05/15
Às 12:41 horas
Ass: 

Data: 01/06/2015

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: Vandr  Luciano Bassaggio Peccini

Relação de arquivos da moviment  o:

- Certidão

C e r t i d ã o

Em cumprimento ao art. 104 do Provimento CGJ 02/2014 distribuí o feito no 2º
Grau de Jurisdição.

Boa Vista, 1º de junho de 2015.

Vandré Peccini

Seção de Protocolo Judicial



01/06/2015: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 01/06/2015

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Recebido do(a) APOIO ESPECIALIZADO

Por: SISTEMA CNJ

01/06/2015: REMETIDOS OS AUTOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR.

Data: 01/06/2015

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR

Complemento: Ao Tribunal de Justiça - Procedimento nºo eletrônico

Por: André Ferreira de Lima

Data: 20/10/2015

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Retorno Tribunal de Justiça - Procedimento não eletrônico

Por: REGINALDO ANTONIO CSISZER

Relação de arquivos da movimentação:

- ACORDAO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

1ª Vara Cível de Competência Residual



Processo 0830194-16.2014.8.23.0010

Comarca: BOA VISTA

Data de Autuação: 08/10/2014

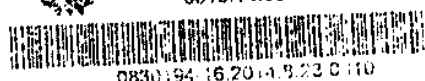
Situação: Público

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Data Distribuição: 08/10/2014

Tipo Distribuição: Distribuição Automática



Parte(s) do Processo

Promovente

: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Data de Nascimento: Não cadastrada

RG: 5058914 SSP/RR

CPF/CNPJ: 151.038.462-68

Filiação: /

Advogado(s) da Parte

645NRR

GETULIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ FILHO

748NRR

MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO

Tipo: Promovido

Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Data de Nascimento: Não cadastrada

RG: Não cadastrado

CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Advogado(s) da Parte

393ARR

ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

EM BRANCO



COMARCA BOA VISTA

09:18 DISTRIBUIÇÃO 28/05/2015

PROCESSO: 001014830194-7

APELAÇÃO CÍVEL

VALOR CAUSA: 0,00

DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
28/05/2015 AS 09:18:53

TURMA CÍVEL

JUIZ(A) DO PROCESSO:

ELAINE BIANCHI



CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos a
Exmo. Sr. Desembargador

Elaine Bianchi

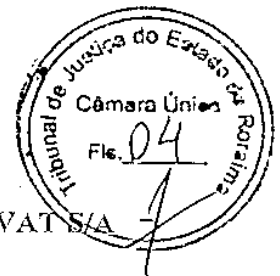
Do que para constar, lavro este termo.
Boa Vista RR 07 de 06 de 2015

Francisco Barroso
FRANCISCO BARROSO
MAT.: 3010144



EM BRANCO





APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.830194-7

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

APELADO(A): RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

RELATORA: DESEMBARGADORA ELAINE CRISTINA BIANCHI

DECISÃO

Trata-se de apelação interposta em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Competência Residual, nos autos da ação de cobrança do seguro DPVAT nº. 0830194-16.2014.8.23.0010, que julgou parcialmente procedente o pedido de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, condenando a parte ré a pagar à parte autora o valor de R\$ 8.437,50, extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

A apelante aduz que o magistrado não observou corretamente a aplicação da legislação ao laudo, equivocando-se na aferição do valor da indenização. Sustenta que, diante da lesão apresentada, apenas é devida a quantia de R\$ 843,75, pugnando pela reforma da sentença nesse sentido.

Oportunizada a apresentação de contrarrazões.

É o relatório. Decido autorizada pelo art. 557 do CPC.

A irresignação da apelante não merece prosperar.

Isso porque, analisando detidamente os autos, verifico que no laudo está atestada a lesão na coluna vertebral/torácica, não em segmento dela, conforme quer fazer crer a apelante.


O magistrado *a quo* realizou de forma correta o enquadramento das lesões na tabela constante no anexo da Lei nº. 6.194/74, conforme fragmento da sentença:

“No caso, o percentual a que se chega em razão da lesão apontada nos *sub judice* autos é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00. Em seguida, consoante



inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, reduz-se o valor acima para 75%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando um valor de R\$ 10.125,00. Como a própria parte Autora admite que já recebeu administrativamente R\$ 1.687,50, seu pedido deve ser acolhido apenas em parte para impor o pagamento da diferença.”

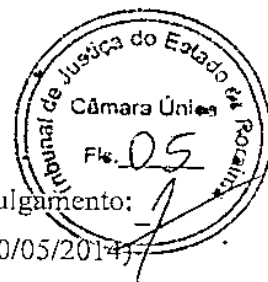
Dessa forma, tendo sido feito o correto enquadramento da lesão e aplicação da tabela, é de se negar seguimento ao apelo e manter a sentença, consoante entendimento da Corte Superior e desta Casa:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - DEMANDA POSTULANDO O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA OBRIGATÓRIA (DPVAT)- DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECLAMO, ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. INSURGÊNCIA DA VÍTIMA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. Aferição do grau de invalidez parcial permanente para fixação da indenização referente ao seguro DPVAT. A Segunda Seção, no âmbito de julgamento de recurso especial representativo da controvérsia, reafirmou o entendimento cristalizado na Súmula 474/STJ, no sentido de que a indenização do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez parcial permanente do beneficiário (REsp 1.246.432/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 22.05.2013, DJe 27.05.2013). Aplicação da Súmula 83/STJ. 2. Tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) ou da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que estipula os critérios para o cálculo da indenização proporcional. A Segunda Seção, também em sede de recurso repetitivo, assentou a validade da utilização da referida tabela para se estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro obrigatório ao grau de invalidez permanente apurado, nos casos de acidentes ocorridos anteriormente à entrada em vigor da Medida Provisória 451, de 15 de dezembro de 2008 (convertida na Lei 11.945/09) (REsp 1.303.038/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 12.03.2014, DJe 19.03.2014). 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1317744 SP )

010 14 830194-7



64
142



2012/0068344-4, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento:
22/05/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/05/2014

Grifei

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT -
INDENIZAÇÃO CORRESPONDE A LESÃO SOFRIDA -
UTILIZAÇÃO TABELA ANEXA A LEI - CORRETO - SENTENÇA
MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJRR - AC 0010.14.816449-
3, Rel. Juiz(a) Conv. ELAINE CRISTINA BIANCHI, Câmara Única, julg.:
07/04/2015, DJe 14/04/2015, p. 43) Grifei

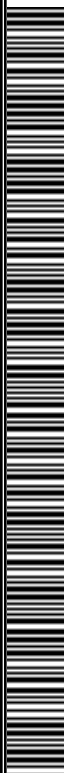
Ante ao aqui exposto, nos termos do *caput* do art. 557 do CPC,
nego provimento ao recurso e mantenho a sentença de piso no todo.

P.R.I.

Boa Vista, 23 de junho de 2015.

Desembargadora **ELAINE CRISTINA BIANCHI** – Relatora

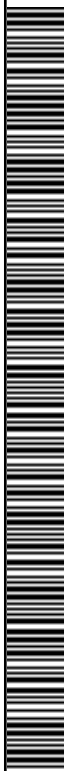
EM BRANCO

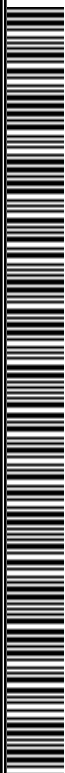


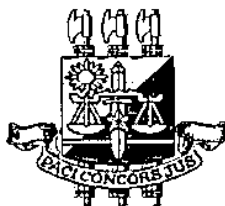
TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data, às 12h17min foram entregues os presentes autos com Decisão. Do que, para constar, lavro o presente termo.
Boa Vista-RR, 25 de junho de 2015.

Luanna de Carvalho Trindade
Estagiária
Matrícula 2014130





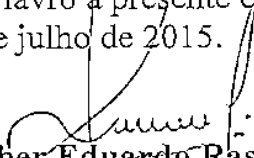


Estado de Roraima
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

CERTIDÃO

Certifico que a Decisão de fls. 04/05 foi disponibilizada no DJE nº. **5539** em **02/07/2015** e publicada no dia **03/07/2015**.

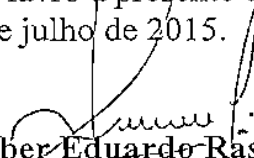
Do que para constar, lavro a presente certidão.
Boa Vista(RR), 03 de julho de 2015.


Kleber Eduardo Raskopf
Técnico Judiciário
Matrícula 3010055

CERTIDÃO

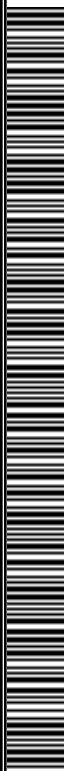
Certifico que a Decisão de fls. 04/05 foi registrada no Livro de Registros de Decisões Cíveis nº. 64, às fls. 141/142.

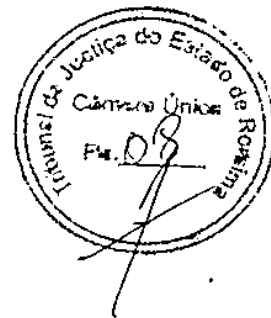
Do que para constar, lavro a presente certidão.
Boa Vista(RR), 03 de julho de 2015.


Kleber Eduardo Raskopf
Técnico Judiciário
Matrícula 3010055



EM BRANCO





CERTIDÃO

Certifico que, apensei nesta data o presente
Apelação Cível 010 14 830194-7, ao Agravo
Regimental 0000 15 001439-7 interposto contra
a Decisão prolatada às fls. 04/05.

Do que para constar, lavro a presente certidão.
Boa Vista-RR, 21 de Julho de 2015.

José Braga Ribeiro
Técnico Judiciário
Mat/3010736



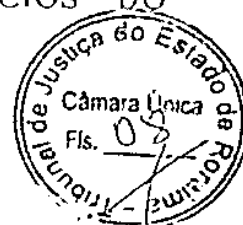
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.001439-7

AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A

AGRAVADO: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

REALATORA: DESEMBARGADORA ELAINE BIANCHI



RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental no qual a agravante pleiteia a reforma da decisão monocrática proferida nos autos da Apelação Cível nº 0010.14.830194-7, que negou seguimento ao recurso.

Afirma que a decisão não merece prevalecer vez que a lesão na coluna vertebral corresponde à lesão prevista na tabela como “perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral”, razão pela qual o valor da indenização é inferior ao arbitrado.

Requer o exercício do juízo de retratação e/ou que o colegiado desta Corte dê provimento ao presente agravo interno.

É o relatório.

VOTO

Analisando os argumentos do recorrente, verifico que o recurso não merece prosperar.

Isso porque, como bem pontuado na decisão que negou seguimento à apelação, o laudo pericial não descreveu lesão correspondente a que o agravante quer atribuir como devida. Tendo a sentença observado o apurado na perícia judicial, deve ser mantido o valor da indenização nela fixado.

Sobre o tema colaciono os seguintes julgados:

000 15 001439-7



DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PERÍCIA MÉDICA. APURAÇÃO DO GRAU DA LESÃO SOFRIDA. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. PRECEDENTES. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes. II. Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag n. 1.341.965/MT, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 10/11/2010).

ACIDENTE DE TRÂNSITO DPVAT COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INVALIDEZ PERMANENTE CONTROVÉRSIA ACERCA DO GRAU DO COMPROMETIMENTO FÍSICO PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL CONCLUSÃO DE QUE AS SEQUELAS ACARRETARAM A INCAPACIDADE TOTAL DA VÍTIMA SEQUELAS DE NATUREZA NEUROLÓGICA APLICAÇÃO DA TABELA ANEXA À LEI 6.194/74 PERCENTUAL DA PERDA EM 100% COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA VERBA HONORÁRIA REDUÇÃO DESCABIMENTO OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS PREVISTOS NOS §§ 3º E 4º DO ARTIGO 20 DO CPC SENTENÇA MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ-SP - APL: 00080226520108260400 SP 0008022-65.2010.8.26.0400, Relator: Ferraz Felisardo, Data de Julgamento: 19/06/2013, 29ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/06/2013)

Ante ao aqui exposto, nego provimento ao presente agravo.

É como voto.

Boa Vista, 01 de setembro de 2015.


Desª ELAINE BIANCHI -- Relatora

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

106
145



AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.001439-7

AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A

AGRAVADO: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

REALATORA: DESEMBARGADORA ELAINE BIANCHI



EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO
CÍVEL. VALOR DA INDENIZAÇÃO EM
CONSONÂNCIA COM O APURADO PELA
PERÍCIA JUDICIAL. RECURSO
DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do agravo regimental acima enumerado, acordam os membros do Pleno do egrégio Tribunal de Justiça do Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes de Turma Cível, bem como o (a)ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Des^a. ELAINE BIANCHI – Relatora

000 15 001423-1





*Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Secretaria da Câmara Única*




AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.001439-7

CERTIDÃO - TRÂNSITO

Certifico que o(a) Acórdão de fls. 9 transitou em
julgado em 25/09/2015.

Do que para constar, lavro a presente certidão.

Boa Vista, 9 de outubro de 2015


GLENN LINHARES VASCONCELOS
Mat. 3010082





*Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Secretaria da Câmara Única*



APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.830194-7


CERTIDÃO

Certifico que o(a) Acórdão lançado(a) no **AGRAVO REGIMENTAL** n.º 0000.15.001439-7, em apenso, transitou em julgado em 25/09/2015.

Certifico, ainda, que foi dispensado deste feito o **AGRAVO REGIMENTAL** precitado para remessa do mesmo à Seção de Arquivo.

Do que para constar, lavro a presente certidão.

Boa Vista-RR, 9 de outubro de 2015.



GLENN LINHARES VASCONCELOS
Mat.3010082

TERMO DE REMESSA

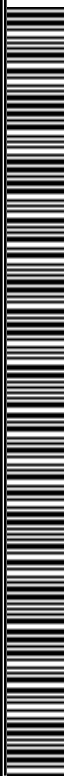
Nesta data, remeto os presentes autos, contendo 1 folhas à 1ª Vara Cível Residual.

Do que para constar, lavro o presente termo.

Boa Vista-RR, 9 de outubro de 2015.


GLENN LINHARES VASCONCELOS
Mat.3010082





27/10/2015: JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACORDO.

Data: 27/10/2015

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACORDO

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 1ª(O) VARA CÍVEL DE
COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RR**

Autos nº **0830194-16.2014.8.23.0010**

Requerente: **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA**

Requerida: **DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT**

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, já qualificada nos autos em epígrafe, comparece respeitosamente a presença de V. Excia para noticiar a composição do acordo celebrado entre as partes nos seguintes termos:

A Requerida ficará encarregada a pagar a(o) Sr(a). **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA** o valor total de R\$ **11.410,00** (onze mil e quatrocentos e dez reais), mediante depósito judicial realizado em conta vinculada ao juízo, no prazo de 30 dias úteis iniciados a partir da homologação judicial deste termo.

Do valor acima mencionado R\$ 1.141,00 (um mil e cento e quarenta e um reais) referem-se aos honorários advocatícios devidos ao patrono da parte Requerente.

Realizado o depósito, a beneficiária dará a Requerida mais ampla, rasa, plena, irrevogável e irretratável quitação da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, objeto dos autos supra, que tramita perante o Juízo para nada mais reclamar, a qualquer título, de forma judicial ou extrajudicial, sob qualquer fundamento e alegação, reconhecendo e confessando que não há mais direitos sobre os valores reclamados.

As custas processuais finais, caso existentes, ficarão a cargo da Requerida, que providenciará o pagamento diretamente no cartório, sendo dispensado desde logo, por ambas as partes, o prazo recursal.

Desta feita, requer-se a imediata homologação do presente, bem como, após realizado o depósito dos valores acordados, seja expedido alvará em favor da parte autora e de seu patrono, e por fim, a baixa definitiva dos autos.

A Requerida noticia que a realização do acordo não implica em confissão ou anuência de culpa, tratando-se de mera liberalidade, sem qualquer juízo de valor quanto ao mérito da demanda.

Fica registrada a ciência dos patronos da causa na hipótese dos valores pagos, descontando-se eventuais honorários, não forem repassados ao autor, reputar-se-á crime de apropriação indébita, conforme art. 168, §1, III do CP, sem prejuízo da infração disciplinar disposta no art. 34, XXI, da Lei 8906/94.

DO REQUERIMENTO

Márcio L. Deodato de Aquino
CAP/RR 748

- **Curitiba:** Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 549 – Ahú - CEP: 80540-280
- **Boa vista:** Rua Prof. Diomedes Souto Maior, 66, Sala 03 – Centro – CEP: 69301-260
- **Telefones:** + 55 (41) 3075-5020 / 0800 000 5020 / **FAX:** + 55 (41) 3075-5035



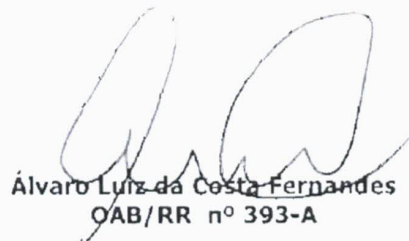
Haja vista a celebração amigável entre as partes, sem nenhuma ressalva ou oposição ou qualquer vício jurídico, requerem a homologação do presente acordo, bem como, tão logo seja comprovado nos autos sua efetivação, seja expedido alvará em favor da parte autora e de seu patrono.

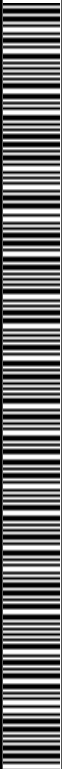
Requer, ainda, seja extinto o feito, com a consequente baixa da distribuição eis que representa a real manifestação de suas vontades.

Por fim, requer doravante intimações sejam em nome de **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB/RR 393-A**

***Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 5 de outubro de 2015.***


MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO
OAB : RR 748


Alvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A



Data: 28/10/2015

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA - HOMOLOGAÇÃO

Complemento: Responsável: EUCLYDES CALIL FILHO

Por: André Ferreira de Lima

03/11/2015: HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO.

Data: 03/11/2015

Movimentação: HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO

Por: EUCLYDES CALIL FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR -

CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail: 1civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0830194-16.2014.8.23.0010

SENTENÇA

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório, estando as partes já devidamente qualificadas nos autos.

As partes requerem a extinção do feito com resolução do mérito, tendo em vista o acordo celebrado entre as mesmas, conforme Termo de Acordo juntado aos autos.

É o relatório. Decido.

Estabelece o CPC no artigo 269, inciso III, que se as partes transigirem, o processo deve ser extinto com resolução do mérito.

ANTE O EXPOSTO, estando o presente caso enquadrado na hipótese acima exposta, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes e declaro extinto o processo com resolução do mérito, com fundamento no inciso III, do artigo 269, do CPC.

Após o depósito do valor acordado, expeça-se alvará de levantamento em nome da parte Autora, devendo ser subtraído o montante dos honorários advocatícios, se houver, os quais deverão ser liberados por meio de alvará em nome do Patrono do Requerente.

Caso haja petição da parte Requerente para que os valores sejam liberados integralmente (condenação e honorários sucumbenciais) em nome do seu Causídico e havendo a previsão expressa de poderes específicos para levantamento de alvará na respectiva Procuração, fica desde já deferido o aludido pedido.

Custas processuais conforme acordado, ressaltando que as mesmas deverão ser pagas de forma integral, conforme previsto no Anexo I da Lei nº. 752 de 23 de dezembro de 2009.

Tendo em vista o acordo celebrado entre as partes, verifica-se que o mesmo importa em desistência do recurso de apelação.

Dessa forma, caso tenha sido interposto recurso, nego seu prosseguimento.

Caso o recurso de apelação já tenha sido remetido ao Tribunal de Justiça, comunique-se o

respectivo Relator acerca do teor desta sentença.

Pagas as custas, dê-se baixa e archive-se.

Na hipótese de não pagamento extraia-se Certidão Judicial de Existência de Dívida e a encaminhe ao Departamento de Planejamento e Finanças – Seção de Arrecadação FUNDEJURR do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e, após, archive-se.

P. R. I..

Boa Vista/RR, data constante no sistema.

EUCLYDES CALIL FILHO

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Competência Residual

(assinado eletronicamente – Sistema CNJ/PROJUDI)



03/11/2015: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 03/11/2015

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias - Referente ao evento HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO (03/11/2015)

Por: André Ferreira de Lima

03/11/2015: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 03/11/2015

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA
com prazo de 15 dias - Referente ao evento HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO (03/11/2015)

Por: André Ferreira de Lima

11/11/2015: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 11/11/2015

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 11/11/2015 *Referente ao evento HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO (03/11/2015)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

14/11/2015: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 14/11/2015

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA)
em 13/11/2015 *Referente ao evento HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO (03/11/2015)

Por: SISTEMA CNJ

25/11/2015: JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE.

Data: 25/11/2015

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 1ª(º)
VARA CÍVEL RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

**Autos nº 0830194-16.2014.8.23.0010
Autor: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para informar o cumprimento do acordo realizado entre as partes, conforme comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 11410 (onze mil, quatrocentos e dez reais).

Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES.

*Nestes termos, pede deferimento.
Curitiba, 20 de novembro de 2015.*


**Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A**



20/11/2015

Recibo de Depósito para a Solcitação 10862839



DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL 2600121368974		
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 19-11-2015		AGÊNCIA (PREF/DV) 3797-4	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 19-11-2015		Nº DA GUIA 10862839		NUMERO DO PROCESSO 0830194-16.2014.8.23.0010	
COMARCA BOA VISTA		ORGÃO / VARA 1 VARA CIVEL RESIDUAL		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA	
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER		DEPOSITANTE REU		VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 11.410,00	
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA		TIPO PESSOA JURÍDICA		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 9F66815732304367		TIPO PESSOA FÍSICA		CPF/CNPJ 15103846268	



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSWK 98952 F5XLQ AW4QR

27/11/2015: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 27/11/2015

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO(03/11/2015)

Por: SISTEMA CNJ

02/12/2015: DECORRIDO PRAZO DE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA.

Data: 02/12/2015

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

Complemento: (P/ advgs. de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA *Referente ao evento HOMOLOGADA A TRANSAÇÃO(03/11/2015)

Por: SISTEMA CNJ

02/12/2015: JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE.

Data: 02/12/2015

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0830194-16.2014.8.23.0010

Requerente: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

**Requerida: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT**

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para informar o pagamento das custas finais, requerendo a juntada do comprovante de depósito no valor de R\$ 249,44 (duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), correspondente ao montante devido.

**Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 2 de dezembro de 2015.**



**Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/RR nº 393-A**

**ADVOGADO
OAB/XX nº XXXX**



						86650000002-5 49440574106-2 02015121100-8 10150075398-9					
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA											
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA		CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,44		Vencimento: 11/12/2015	
Comarca: BOA VISTA		Nº G.A.J.: 010.15.0075398		Valor da Causa: R\$ 11.812.50		Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010					
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a								CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
											
Autenticação Mecânica											

						86650000002-5 49440574106-2 02015121100-8 10150075398-9					
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA											
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA		CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,44		Vencimento: 11/12/2015	
Comarca: BOA VISTA		Nº G.A.J.: 010.15.0075398		Valor da Causa: R\$ 11.812.50		Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010					
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a								CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
Descrição das receitas 01. CUSTAS FINAIS								Valor R\$ R\$ 249,44			
OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL								R\$ 249,44			
											
Autenticação Mecânica											



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
01/12/2015 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.33.31
1433801433

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: KFPF ADVOGADOS ASSOCIADOS
AGENCIA: 1433-8 CONTA: 56.381-1
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Código de Barras	86650000002-5 49440574106-2
	02015121100-8 10150075398-9
Data do pagamento	01/12/2015
Valor Total	249,44

=====

DOCUMENTO: 120142
AUTENTICACAO SISBB:
5.2B1.71D.E32.897.6F4

Transação efetuada com sucesso por: JA470937 CHARLES FRIEDRICH NETO.

18/12/2015: JUNTADA DE COMPROVANTE DE ENTREGA DE ALVARÁ.

Data: 18/12/2015

Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE DE ENTREGA DE ALVARÁ

Por: André da Silva Ribeiro

Relação de arquivos da movimentação:

- Alvará

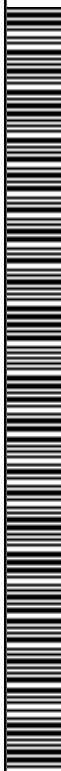
1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR
COMPROVANTE DE ENTREGA DE ALVARÁ

ADVOGADO(A) OAB Nº 74811-122 MATEO LEANDRO DEODATO DECLARO
QUE RECEBI O(S) ALVARÁ(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

Nº SELO	DATA	Nº DO PROCESSO	DOCUMENTO
148872	14/12/15	0811793-32.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 86,00
148873	14/12/15	0811793-32.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 774,00
148874	14/12/15	0824514-50.2014.8.23.0010	Alvará R\$ 700,00
148875	14/12/15	0824514-50.2014.8.23.0010	Alvará R\$ 7.000,00
148876	14/12/15	0807962-73.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 118,62
148877	14/12/15	0807962-73.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 1.067,67
148878	14/12/15	0811398-40.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 217,00
148879	14/12/15	0811398-40.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 1.953,00
148880	14/12/15	0839120-83.2014.8.23.0010	Alvará R\$ 172,17
148881	14/12/15	0839120-83.2014.8.23.0010	Alvará R\$ 1.549,53
148882	14/12/15	0823287-88.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 236,25
148883	14/12/15	0823287-88.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 2.362,50
148884	14/12/15	0818391-02.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 1.890,00
148885	14/12/15	0818391-02.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 189,00
148886	14/12/15	0823246-24.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 67,50
148887	14/12/15	0823246-24.2015.8.23.0010	Alvará R\$ 675,00
148888	14/12/15	0830194-16.2014.8.23.0010	Alvará R\$ 1.141,00
148889	14/12/15	0830194-16.2014.8.23.0010	Alvará R\$ 10.269,00

15.12.15

1013/122 713



Data: 22/12/2015

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE FORMULÁRIO DE ALVARÁ

Complemento: Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU
DOCUMENTO DA PARTE(25/11/2015 08:59:04)

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- Alvará
- Alvará



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail: 1civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010

Classe Processual: Procedimento Ordinário

Assunto Principal: Seguro

Valor da Causa: : R\$11.812,50

Autor(s)

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

RUA EDMILSON JOSE COSTA, 738 - EQUATORIAL - BOA VISTA/RR

Réu(s)

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205 - E-mail: contencioso@seguradoralider.com.br - Telefone: (21) 3861 4635

- ALVARÁ JUDICIAL -

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível de Competência Residual, no uso de suas atribuições legais etc... Por este Alvará, indo devidamente assinado e atendendo ao que foi requerido nos autos em epígrafe, autoriza o(a) Sr(a). OAB 645N-RR - GETULIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ FILHO e/ou OAB 748N-RR - MARCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO, a levantar(em) a quantia de R\$ 1.141,00 (um mil cento e quarenta e um reais) e respectivas correções, conforme Guia de Depósito Judicial anexa, junto ao Banco do Brasil S/A, desta cidade, vinculada ao presente feito, obedecidas as formalidades legais. CUMPRA-SE. Eu, André Ferreira de Lima, analista judiciário, o digitei e assino _____.

Boa Vista/RR, 25/11/2015.

Euclides Calil Filho

Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Cível de Competência Residual

OBSERVAÇÃO: 1 - Este processo tramita através do sistema CNJ (PROJUDI), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para se habilitar neste envie a documentação (procurações, cartas de preposição, contestações) pertinente diretamente pelo sistema em arquivos com no máximo 3MB cada. 2 - Caso o Advogado/Defensor/Procurador não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, entrar em contato com a seção de Atendimento ao PROJUDI, localizada no prédio anexo do Fórum Adv. Sobral Pinto, horário comercial. Informações adicionais: sap@tjrr.jus.br ou (95) 3198-4733/ (95) 3198-4701.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-380 - Fone:
(95) 3198-4734 - E-mail: 1civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0830194-16.2014.8.23.0010

Classe Processual: Procedimento Ordinário

Assunto Principal: Seguro

Valor da Causa: : R\$11.812,50

Autor(s)

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA

RUA EDMILSON JOSE COSTA, 738 - EQUATORIAL - BOA VISTA/RR

Réu(s)

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205 - E-mail:
contencioso@seguradoralider.com.br - Telefone: (21) 3861 4635

- ALVARÁ JUDICIAL -

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível de Competência Residual, no uso de suas atribuições legais etc... Por este Alvará, indo devidamente assinado e atendendo ao que foi requerido nos autos em epígrafe, autoriza o(a) Sr(a). RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA, CPF/CNPJ: 151.038.462-68, a levantar(em) a quantia de R\$ 10.269,00 (dez mil duzentos e sessenta e nove reais) e respectivas correções, conforme Guia de Depósito Judicial anexa, junto ao Banco do Brasil S/A, desta cidade, vinculada ao presente feito, obedecidas as formalidades legais. CUMpra-se. Eu, André Ferreira de Lima, analista judiciário, o digitei e assino _____.

Boa Vista/RR, 25/11/2015.

Euclides Calil Filho

Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Cível de Competência Residual

OBSERVAÇÃO: 1 - Este processo tramita através do sistema CNJ (PROJUDI), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para se habilitar neste envie a documentação (procurações, cartas de preposição, contestações) pertinente diretamente pelo sistema em arquivos com no máximo 3MB cada. 2 - Caso o Advogado/Defensor/Procurador não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, entrar em contato com a seção de Atendimento ao PROJUDI, localizada no prédio anexo do Fórum Adv. Sobral Pinto, horário comercial. Informações adicionais: sap@tjrr.jus.br ou (95) 3198-4733/ (95) 3198-4701.

22/12/2015: TRANSITADO EM JULGADO EM 02/12/2015 .

Data: 22/12/2015

Movimentação: TRANSITADO EM JULGADO EM 02/12/2015

Complemento: Para o processo.

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA

22/12/2015: ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE.

Data: 22/12/2015

Movimentação: ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Por: FLAVIANA SILVA E SILVA